O artifício do homem forte e a instabilidade do regime político

Miguel Carter

Vozes do Povo: Sociedade, política e opinião pública na Guiné-Bissau
Miguel Carter e Carlos Cardoso, organizadores
Bissau: DEMOS, 2021.
Primeira impressão, janeiro 2024.

© 2021 União Europeia. Todos os direitos reservados.
Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

10

O Artifício do Homem Forte e a Instabilidade do Regime Político

Miguel Carter

Este capítulo aborda a aflição do povo guineense perante a vida política do país e explica as causas desta inquietude. A instabilidade crónica do regime político teve um impacto devastador no país. As suas consequências conduziram a graves problemas de governação e a uma corrupção generalizada. Tudo isto impediu o desenvolvimento do país, fomentou uma economia predatória e extrativa, enfraqueceu a sociedade civil, deslegitimou o Estado e o seu regime, minou a soberania nacional e agravou a perceção de fracasso como nação. Todos estes problemas mantêm uma estreita relação com a política do homem forte e as condições que favoreceram a sua implantação na Guiné-Bissau.

A política do homem forte é um fator-chave da instabilidade do regime da Guiné-Bissau. Este padrão de comportamento político é guiado por regras informais mais do que pelas normas oficiais. Os líderes políticos demonstram a sua força pelo facto de terem muitos apoiadores, o que alimenta uma abordagem clientelista e patrimonial do exercício do poder político. O homem forte exibe elementos de uma masculinidade tóxica, a qual instiga uma política de soma zero, em que o vencedor leva tudo. Isto provoca, com frequência, lutas acirradas pelo poder e o acesso a benefícios materiais, necessários para assegurar a lealdade dos aliados e seguidores do líder. A luta para alcançar e preservar o poder político é absorvente e tende a desviar a atenção dos esforços exigidos para se enfrentar os principais desafios de desenvolvimento do país.

Este argumento é desenvolvido em cinco partes. A primeira apresenta dados sobre a aflição popular em relação à política guineense. A segunda examina a evolução do regime político guineense em forma comparada, utilizando os índices do consórcio académico Variedades da Democracia (V-Dem). A terceira analisa a construção histórica do regime guineense, com particular atenção à intricada e precária democratização eleitoral, a partir da década de 1990. A quarta secção explica a política do homem forte, começando com as condições institucionais, políticas, económicas e culturais que a tornam possível, antes de examinar o seu modus operandi. A quinta parte revisa as consequências nefastas da política do homem forte para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e sua autoestima nacional.

Antes de proceder é necessário definir dois conceitos-chave neste estudo: regime e democracia. O termo 'regime' refere-se às regras formais e informais de acesso à condução do Estado e a gestão desse poder. A 'democracia' é um regime político baseado no princípio da soberania popular. Ele inclui procedimentos constitucionais que permitem a livre competição e participação periódica dos cidadãos na eleição dos seus representantes públicos e na promoção dos seus interesses, com garantias de liberdade de associação e expressão. A democracia supõe a instauração de um governo de maioria limitada, sustentada pelo império da lei e a proteção dos direitos da minoria.[1] Desta forma, uma eleição livre e competitiva não assegura que a autoridade eleita administre o poder público de maneira democrática. Um regime democrático, portanto, é uma forma distinta de aceder ao poder do Estado – e de exercê-lo.

** *O autor agradece o intercâmbio de ideias com Miguel de Barros e os comentários de Carlos Cardoso e de Philip J. Havik. Todas as traduções do inglês incluídas no texto são do autor.*

[1] Carter (2010: 10-11). Esta definição é inspirada na obra de Robert Dahl (1971, 1989), Giovanni Sartori (1987), Juan J. Linz e Alfred C. Stepan (1996), e outros renomados cientistas políticos.

Aflição Popular

O povo da Guiné-Bissau sente uma profunda angústia com a vida política do país. A pesquisa Vozes do Povo captou uma variedade de perceções e sentimentos que dão conta disso. A preocupação pela instabilidade do regime inclui o medo de vê-la desembocar na violência política. A frustração com a corrupção e impunidade, e o descaso com a governação, têm gerado um forte ressentimento em relação às lideranças políticas, ao ponto de suscitar questionamentos, em alguns sectores, sobre a viabilidade do projeto de nação.

A sondagem de opinião pública de 2018 revelou que 88% dos guineenses opinam que os líderes dos partidos políticos estão mais interessados em servir os seus interesses pessoais do que em servir ao povo (7%). Nenhum dos 15 países da CEDEAO exibe uma visão tão crítica das lideranças políticas do seu país como a Guiné-Bissau, considerando que a média regional chega aos 70% de desaprovação. Soma-se a isso o facto de 87% dos guineenses acharem que a rivalidade entre os partidos políticos pode levar a conflitos violentos; muito acima de qualquer outro país da CEDEAO, onde a média atinge 63%. A inquietação em torno da vida política e a frustração com a pobreza e o subdesenvolvimento têm um forte impacto na perceção do rumo do país. Na Guiné-Bissau, 82% das pessoas pensam que o país está a caminhar na direção errada, 26 pontos acima da média regional, e dez pontos acima dos países mais próximos da Guiné-Bissau: Togo e Mali, este último país em plena guerra civil na altura do inquérito.[2]

A aflição popular com a gestão política da nação foi corroborada pelos resultados do estudo de grupos focais, realizado em finais de 2019, em dez localidades diferentes do país. Ao serem consultados sobre a situação política do país, guineenses das mais variadas origens geográficas e sociais salientaram a sua reprovação e deceção, nos seguintes termos:

> O que complicou o país até hoje é o golpe de Estado no dia 14 de novembro de 1980. Depois veio a guerra de 7 de junho de 1998, que destruiu o país por completo. Hoje ninguém é alguém à frente de ninguém. Perdeu-se o respeito. A cultura de *matchundadi* arrebentou com o país completamente.[3]

> O conflito entre os políticos é o mais preocupante, porque [pode] levar-nos a um conflito maior, onde são usadas as armas. Temos o exemplo da guerra de 7 de junho. Não queremos que se repita, e é por isso que todos se preocupam com o conflito político.[4]

> Os políticos só pensam no seu bolso, nos seus filhos, e mulheres. Eles não pensam em nós. Estamos a lutar dia e noite, mas eles não fazem nada para o povo.[5]

O Regime Político

O regime político guineense teve uma evolução apreciável após a independência nacional. Na década de 1990, ele iniciou uma prolongada, complexa e confusa transição democrática, no meio de grandes dificuldades para construir um Estado de Direito. Os dados produzidos por Variedades da Democracia (V-Dem), um consórcio internacional sediado na Suécia, dedicado à pesquisa científica e global sobre a democracia, são esclarecedores neste sentido. Utilizando as suas classificações é possível traçar um panorama geral da evolução do regime político entre 1974 e 2020, como ilustra o seguinte gráfico.[6]

---

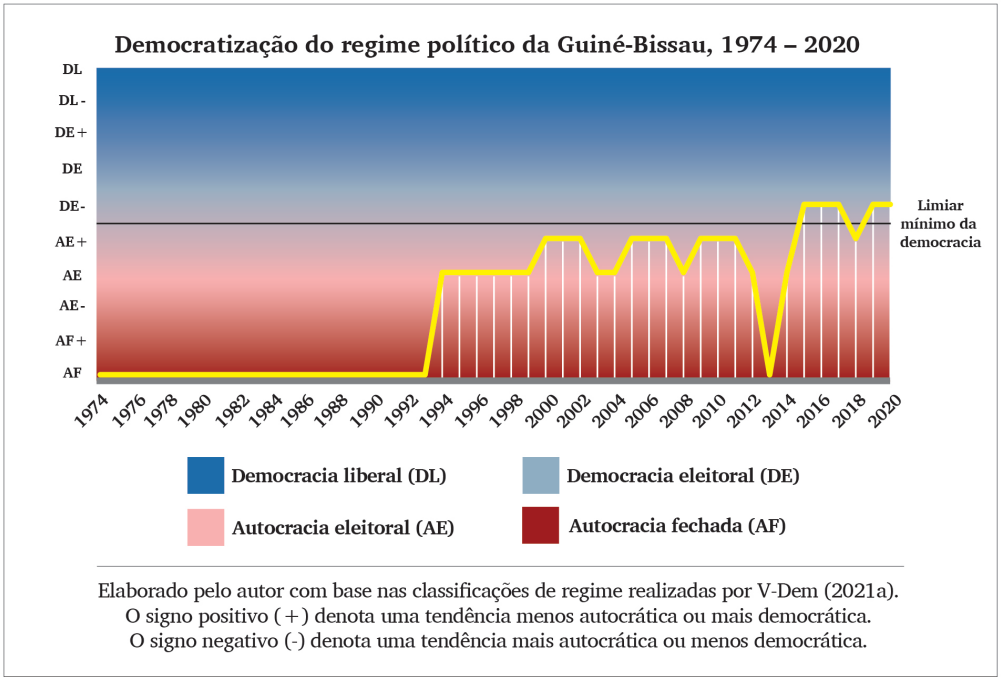
2 Carter (2020a); ver também o capítulo 6, de Carter, neste livro.

3 Homem de 51 anos entrevistado em Bissau, Carter (2020).

4 Mulher de 33 anos entrevistada em Bissau, Carter (2020).

5 Mulher de 35 anos entrevistada na tabanca de Binhal, sector de Empada, Quínara, Carter (2020).

6 Gráfico elaborado pelo autor com base nas classificações de regime realizadas por V-Dem (2021b), que utiliza quatro categorias básicas para os regimes políticos: autocracia fechada, autocracia eleitoral, democracia eleitoral e democracia



Elaborado pelo autor com base nas classificações de regime realizadas por V-Dem (2021a).
O signo positivo (+) denota uma tendência menos autocrática ou mais democrática.
O signo negativo (-) denota uma tendência mais autocrática ou menos democrática.

Os primeiros vinte anos após a independência foram sob uma autocracia fechada, num regime de partido único. Isto implicou certa continuidade com o autoritarismo implantado pelo regime colonial português, apesar das mudanças políticas e novas lideranças nacionais. A instauração da primeira eleição multipartidária na história do país, em 1994, permitiu a transição de um regime autocrático fechado para uma autocracia eleitoral, com conjunturas mais próximas, entre 2000 e 2011, do limiar mínimo da democracia. Mas o golpe militar de 2012 levou à interrupção deste processo. A transição democrática retomada em 2014, sob forte pressão internacional, com a celebração de eleições livres para o parlamento e a presidência, elevou a classificação democrática do regime guineense.

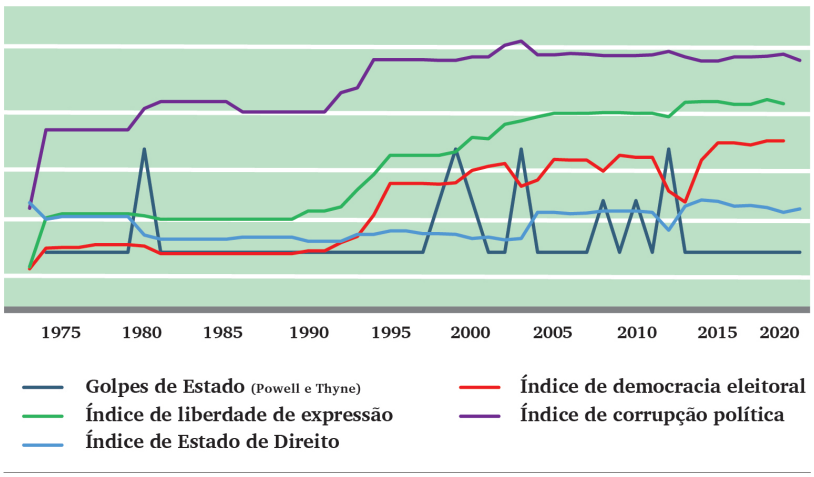
A Guiné-Bissau ultrapassou o limiar mínimo da democracia pela primeira vez na sua história, entre 2015 e 2017. Porém, com muitas reservas quanto à qualidade deste regime, segundo as classificações do V-Dem. O incumprimento do Acordo de Conacri, celebrado entre o presidente José Mário Vaz e as lideranças da oposição, em 2016, levou à imposição de sanções internacionais a figuras políticas ligadas a Vaz, e ao rebaixamento democrático de V-Dem em 2018. A realização de eleições legislativas em 2019 elevou a avaliação do regime por cima do limiar mínimo, mas mantendo as dúvidas quanto à sua qualificação democrática.[7]

O seguinte gráfico traça a trajetória histórica do regime guineense usando cinco índices do V-Dem. Observa-se aqui que o componente mais forte da sua democratização política é a liberdade

liberal. Esta última refere-se a uma democracia que garante a plena vigência do Estado de Direito e a proteção dos direitos civis da população.

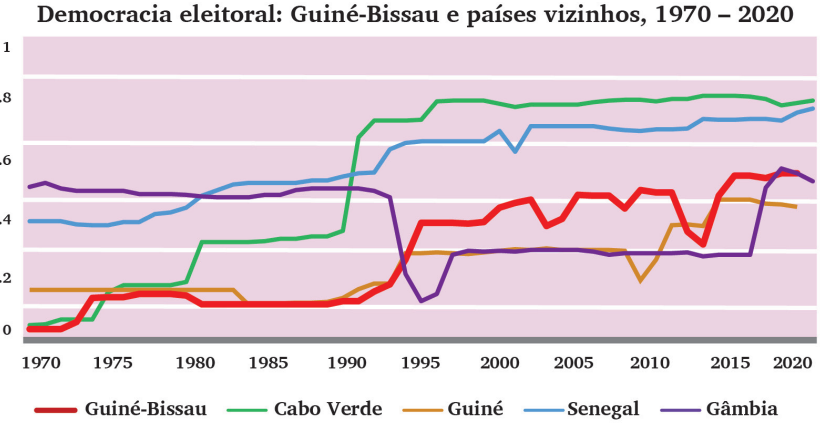
[7] *International* IDEA (2021) tem um sistema de classificação diferente e, portanto, uma leitura diferenciada do regime político da Guiné-Bissau. Para IDEA, o país teve um regime "autoritário" de 1974 a 1993. Depois, passou a ser uma "democracia débil / de baixa performance" entre 1994 e 1997. Entre 1998 e 1999 foi um regime "híbrido" (mistura de autocracia e democracia). A seguir, tornou-se numa "democracia débil / de baixa performance", entre 2000 e 2001, para voltar a ser um regime "híbrido" entre 2002 e 2004. De 2005 a 2009, a Guiné-Bissau foi classificada como uma "democracia débil / de baixa performance", e entre 2010 e 2012 como um regime "híbrido". Em 2013, o país teve um governo "autoritário". Mas entre 2014 e 2019, voltou a ser uma "democracia débil / de baixa performance".

de expressão e o mais problemático o Estado de Direito, o que explica a elevada corrupção política. A democracia eleitoral desponta a partir de 1994, mas com várias oscilações entre 1998 e 2013. Como mostra o índice de golpes de Estado, este foi o período de maior instabilidade política no país.

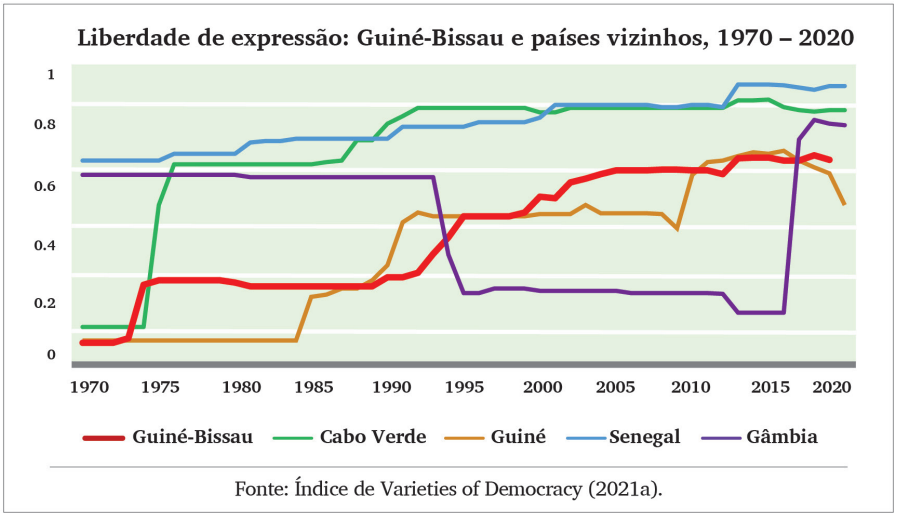


Fonte: Varieties of Democracy (2021a).

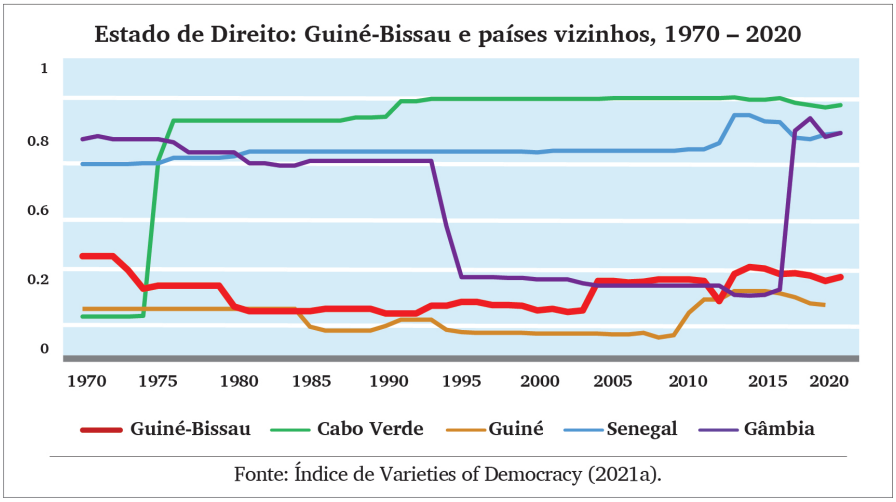
Com os mesmos índices de V-Dem, é possível comparar a trajetória da Guiné-Bissau em relação a quatro países vizinhos: Senegal, Guiné-Conacri, Gâmbia e Cabo Verde. Como revelam os seguintes gráficos, há certos paralelos entre Cabo Verde e Senegal, duas nações com um patamar democrático mais elevado. Em contraste, a Guiné-Bissau e a Guiné-Conacri exibem pontuações mais baixas. A diferença entre os países é notável nos índices de Estado de Direito e corrupção política, onde as duas Guinés têm um desempenho mais problemático. A Gâmbia, por sua vez, apresenta uma forte variação devido à instauração do regime autoritário de Yahya Jammeh, entre 1994 e janeiro de 2017.



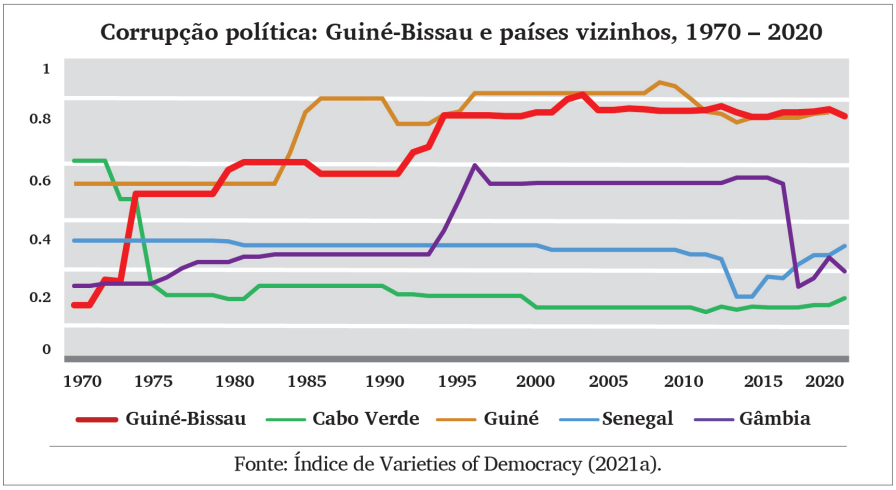
Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).



Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).



Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).



Fonte: Índice de Varieties of Democracy (2021a).

A trajetória do regime guineense representada nos índices V-Dem revela uma transição democrática prolongada, conturbada e frágil. Trata-se de um regime democratizante, mas ambíguo, oscilante, precário e pessoalizado. *Ambíguo*, por combinar uma arquitetura institucional democrática com uma adesão fraca – por vezes nula – às regras do jogo democrático. *Oscilante*, por balançar entre

uma autocracia eleitoral liberalizada, com possibilidades de exercer diversas liberdades civis, e uma democracia eleitoral frágil, de duvidosa qualidade. *Precário*, devido à debilidade institucional, à adesão inconstante às normas democráticas, e à fluidez das forças políticas que participam neste regime. *Pessoalizado*, por girar em torno da política do homem forte.

Construção Histórica

Do regime colonial ao partido único

A Guiné-Bissau nasceu como Estado-nação sob o regime colonial português e a resistência à ocupação estrangeira de um território habitado historicamente por uma variedade de povos autóctones. Até finais do século XIX, a presença portuguesa restringia-se a algumas cidades e era quase impercetível no meio rural. Sob pressão das principais potências coloniais em África, Portugal iniciou um processo de conquista e domínio do território guineense, intensificado na campanha militar liderada pelo major Teixeira Pinto, entre 1913 e 1915, e executada com extrema violência por Abdul Injai, um mercenário senegalês. Milhares de vidas foram dizimadas através de uma política de terror, aplicada sobretudo nas comunidades não islamizadas. O regime colonial instaurado após esta conquista foi altamente autoritário, similar ao sistema de Apartheid sul-africano, de severa discriminação da população nativa e cerceamento dos seus direitos civis.[8]

A resistência ao regime colonial cobrou um novo ímpeto depois do massacre do porto de Pindjiguiti, em 1959. A ação das tropas portuguesas contra a greve dos estivadores do porto de Bissau ceifou a vida de 50 trabalhadores e deixou mais de 100 pessoas feridas. Ela desatou a militarização da luta pela independência nacional, coordenada principalmente pelo PAIGC. Sob a liderança carismática de Amílcar Cabral, criou-se uma estrutura vertical de poder. Ainda que houvesse instâncias de representação e debate no PAIGC, ela funcionava em grande medida sob a égide de um homem forte – um intelectual afável, de vida austera e intensas convicções políticas.[9]

O assassinato de Amílcar Cabral, em janeiro de 1973, impediu que a liderança maior do PAIGC assumisse as rédeas do país após a declaração da independência nacional, oito meses depois. A independência foi efetivada em 1974, após a queda do regime autoritário em Portugal e a saída das tropas coloniais. No poder, o PAIGC instaurou o que Juan J. Linz definiu como um "regime autoritário de mobilização pós-independência". Segundo Linz,

> Os regimes autoritários de mobilização de partido único nascem pela iniciativa de líderes políticos que surgem das bases populares – e as mobilizam – e não de cima, por iniciativa dos governantes. [Estes regimes] são possíveis em sociedades de baixo desenvolvimento económico, particularmente com uma estrutura rural camponesa bastante igualitária, e uma elite económica moderna pequena.[10]

Regimes deste tipo permearam boa parte do continente africano nas décadas de 1960 e 1970. No caso da Guiné-Bissau, a era do partido único – de 1974 a 1994 – teve dois períodos distintos. No primeiro, sob a presidência de Luiz Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral, houve um regime marcado pelo poder repressivo da polícia política. Depois, com o golpe militar de 1980 e a instauração da presidência do general João Bernardo (Nino) Vieira, um dos principais comandantes das tropas libertadoras, o governo teve um pendor militarista.

---

8 Sobre a conquista do território guineense e o regime colonial, ver Forrest (2003: 105-141).

9 Sobre Amílcar Cabral, ver Mendy (2019), Chabal (2003) e Dhada (1993).

10 Linz acrescenta: "A fraqueza da autoridade tradicional e a falta de compreensão das complexidades da autoridade legal racional tornaram possível o surgimento de pelo menos uma aparência de liderança carismática" (2000: 227-229).

O golpe de 1980 resultou do fracasso da gestão económica do governo Cabral, centrado no controlo estatal da economia e numa política voltada para a industrialização, numa nação profundamente camponesa. A inflação e a escassez de alimentos e insumos básicos, num ambiente de repressão policial e distanciamento entre a liderança política e o povo, acentuou as clivagens identitárias entre a elite revolucionária de origem cabo-verdiana e a guineense. Os conflitos no interior do PAIGC, num ambiente de crescente mal-estar social, culminaram com o "Movimento Reajustador", na expressão das forças sublevadas. O golpe militar provocou a cisão entre Cabo Verde e Guiné-Bissau. O PAIGC se manteve no poder, mas passou, seguindo a tipologia de Linz,

> Pela transformação do partido único, baseado num movimento de massa disciplinado e ideológico, em uma máquina política flexível, mantendo a solidariedade entre seus membros por meio de apelos aos seus interesses próprios, permitindo ao mesmo tempo o jogo recorrente de fações e a reconciliação entre elas. Além disso, contava de forma habitual com a atração de recompensas materiais em vez do entusiasmo por princípios políticos.[11]

O governo de Nino Vieira manteve inicialmente a política económica baseada no centralismo do partido-Estado, e agravou a perseguição dos adversários do regime autoritário. O modelo económico demonstrou-se insustentável na primeira metade dos anos oitenta quando o apoio do bloco socialista entrou em colapso. A inflação da moeda nacional, as altas despesas com a segurança, e a incapacidade de prestar serviços públicos e oferecer bens de consumo popular através dos Armazéns do Povo, agravaram a perceção de crise económica e social. Nesse contexto, foram aumentando as contestações internas e as pressões internacionais.

Em outubro de 1985, Nino Vieira acusou a mais de 50 altos funcionários públicos – incluindo o ministro da Justiça, o ex-procurador-geral da República, dezenas de oficiais superiores militares e guardas presidenciais – de "tentativa de golpe de Estado". Doze foram condenados à morte e seis foram executados em 1986. O episódio acentuou a deriva autoritária do presidente Vieira, gerou muita resistência interna e externa, e levou à formação de um movimento antiautoritário sediado em Portugal.[12]

Foi nesse contexto que o governo do PAIGC adotou, em 1986, o Programa de Ajustamento Estrutural, promovido pelo FMI e o Banco Mundial.[13] Liberalizou-se a economia e o comércio. Foram privatizadas as empresas públicas, privilegiando os aliados políticos, muitos sem experiência de gestão. Este processo levou à formação de um núcleo político-empresarial, com influência posterior na vida pública do país.[14]

Democratização eleitoral

Sob a égide da liberalização económica e pressão da cooperação internacional, o regime aceitou impulsar uma abertura política nos anos 1990. A Constituição foi revista em 1991 para liberalizar o regime político, garantindo liberdades de expressão e associação, incluindo a possibilidade de criar novos partidos políticos. A emenda constitucional de 1993 assentou condições para a democratização

[11] Foi assim que os seus "líderes nacionalistas se tornaram em chefes políticos", operadores de uma máquina partidária clientelista (Linz, 2000: 231). Sobre a era do partido único, ver Semedo (2021).

[12] Em 1986, foi fundada em Lisboa a Resistência da Guiné-Bissau / Movimento Bafatá (RGB-MB), que nos anos seguintes passou a constituir o principal movimento de oposição ao regime de partido único.

[13] Em 1983, o governo havia acordado um primeiro plano de estabilização económica com o FMI e o Banco Mundial. Sobre o impacto do Programa de Ajustamento Estrutural, ver Monteiro (1996).

[14] Segundo Raul Mendes Fernandes, a liberalização económica levou à "transformação da classe burocrática do Estado numa burguesia comercial e fundiária", que, "por falta de bases económicas, continuou ligada ao aparelho do Estado centralizada na figura do Presidente" (1994: 31, 35).

do sistema político e a celebração de eleições livres. Ela permitiu a criação da Comissão Nacional de Eleições e exigiu que o presidente da república fosse um civil, facto que obrigou o presidente-general Nino Vieira a passar à reserva.[15]

A revisão constitucional de 1993 levou à adoção de "um sistema semipresidencial, com alto pendor presidencialista".[16] Na Guiné-Bissau, o presidente nomeia o primeiro-ministro e pode demitir o seu governo depois de realizar consultas. Pode presidir o Conselho de Ministros, e, portanto, em princípio, chefiar o governo quando quiser. Ainda mais, pode emitir decretos presidenciais, sem o envolvimento de outras instituições, e vetar atos legislativos, que requerem dois terços dos votos da Assembleia Nacional para ser ultrapassados. O presidente também pode, com algumas restrições temporais, dissolver o parlamento. Ele nomeia o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o procurador da República, os embaixadores, e empossa os juízes do Conselho Superior da Magistratura. Além disso, o presidente é responsável pelas relações internacionais do país.[17]

As reformas constitucionais de 1991 e 1996 estabeleceram as bases para a descentralização do poder administrativo e a eleição de autoridades locais. Mas as leis aprovadas neste sentido não foram cumpridas. Como resultado, a Guiné-Bissau manteve a alta concentração do poder político em Bissau, instituído na era do partido único e, antes disso, sob o regime colonial. Três décadas depois de ter iniciado a reforma, os governadores das oito regiões administrativas do Estado e do sector autónomo de Bissau, e as autoridades dos 37 sectores do país, continuam a ser nomeados pelo governo central.

A primeira eleição multipartidária da história do país teve lugar em julho de 1994, após ter sido diferida por mais de um ano. A competição política se deu num ambiente de novas liberdades e intenso debate público. Nino Vieira, candidato do PAIGC, foi reconduzido à presidência, após ter derrotado por uma pequena margem Kumba Yalá, candidato do PRS. O PAIGC também venceu as eleições para a Assembleia Nacional.

Entre 1994 e 2019 a Guiné-Bissau realizou dez ciclos de competição eleitoral: sete eleições presidenciais e seis legislativas, três delas simultâneas.[18] Considerando o pleito da segunda volta em seis eleições presidenciais, o país teve 18 jornadas nacionais de votação num espaço de 26 anos. Trata-se de um processo inédito na história da nação guineense. Ainda mais se se considerar que não foram eleições de fachada, mas disputas competitivas. A partir de 1999, com a vitória do Kumba Yalá e o PRS, elas produziram alterações partidárias no exercício do poder público e permitiram a ascensão de novas lideranças políticas. Em várias eleições, os candidatos vencidos denunciaram atos de "fraude".[19] Mas em todos os escrutínios, os observadores internacionais acabaram por considerá-los "livres e justos".[20]

---

15 Sobre o início da transição democrática, ver Augel e Cardoso (1996), Koudawo e Mendy (1996).

16 Azevedo (2009: 139).

17 Azevedo (2009: 144-149). O intento de promulgar uma nova Constituição em 2001, com maiores atribuições ao parlamento, foi vetado por Kumba Yalá, que insistiu em manter os seus poderes presidenciais.

18 Os ciclos eleitorais ocorreram em 1994 (simultâneas: legislativa e presidencial), 1999 (simultâneas), 2004 (legislativa), 2005 (presidencial), 2008 (legislativa), 2009 (presidencial), 2012 (presidencial, interrompida por um golpe militar antes da segunda volta), 2014 (simultâneas), 2019 (legislativa), 2019 (presidencial).

19 A modo de ilustração, Kumba Yalá denunciou como "fraudulentas" todas as eleições nas quais foi derrotado (1994, 2005 e 2012), com exceção do seu revês em 2009, na segunda disputa com Malam Bacai Sanhá. As eleições legislativas de 2004 e as presidenciais de 2019 suscitaram polémicas importantes quanto à administração e judicialização da disputa eleitoral. Detalhadas informações sobre os pleitos ocorridos podem-se encontrar em Mendy e Lobban Jr. (2013) e Monteiro (2020).

20 A pesquisa Vozes do Povo revelou, em 2018, que 75% dos guineenses pensam que as eleições no seu país são "completamente livres"; 8% dizem que são "relativamente livres"; enquanto só 9% afirmam que elas são "de nenhuma forma livres".

O carácter transicional destes sufrágios explica as suspeitas mútuas e o jogo duro – por vezes desleal – entre os adversários. Esta dinâmica produziu, em determinados momentos, imposições arbitrárias que limitaram o exercício do poder conferido pelo processo eleitoral. Isto se deu através das insurreições militares de 1998, 2003 e 2012; o assassinato do presidente Nino Vieira em 2009; e artimanhas que impediram a nomeação do primeiro-ministro proposto pelo PAIGC, após o seu triunfo nas eleições legislativas de 2019.

A esta precariedade no respeito das regras do jogo, somam-se défices recorrentes que afetam a qualidade do sistema eleitoral. Eles incluem a falta de transparência no financiamento das campanhas, o que tem facilitado o uso de recursos ilícitos; a utilização da estrutura pública na campanha eleitoral; e a prática do clientelismo. Além disso, o apelo ao voto étnico tem sido uma constante desde 1994, com impacto em determinadas faixas do eleitorado. Promovida por alguns atores políticos, esta tendência tem acentuado o risco de politizar as identidades tribais.

A transição democrática iniciada na década de 1990 favoreceu o surgimento da sociedade civil, restringido na era colonial e durante o regime de partido único.[21] Nesta mudança, o PAIGC perdeu o monopólio das organizações populares e dos meios de comunicação. Ao nível sindical surgiram organizações independentes que decretaram várias greves. As associações juvenis e das mulheres passaram a ser autónomas e visíveis pelo seu protagonismo, com apoio de novas ONGs e organizações religiosas, sobretudo da Igreja Católica. Surgiram, ao mesmo tempo, novas rádios e jornais privados que impulsionaram a liberdade de imprensa e o maior acesso às informações. Tudo isto se deu no meio de atos esporádicos de repressão, muitas precariedades no acesso a recursos, a concentração de atividades em Bissau, e dificuldades em criar articulações a nível nacional.

Instabilidade crónica

Os avanços na construção de um regime democrático na Guiné-Bissau se deram num ambiente de alta instabilidade política e no marco de um Estado débil e politizado.[22] O golpe de 1980 elevou a influência dos militares na vida política, afiançando o peso forjado pelas forças armadas na luta de libertação nacional. Daí o forte destaque das chefias militares no quadro de alta precariedade institucional, sobretudo entre 1998 e 2013. As diversas crises que contribuíram para a instabilidade política do país e a sua trajetória histórica são ilustradas no seguinte gráfico. Este abarca factos como a guerra civil de 1998-1999; três golpes militares; o assassinato do presidente em 2009; a eliminação violenta de três chefes do Estado-Maior das Forças Armadas; o assassinato ou fuzilamento de 21 lideranças políticas, militares e sociais; 16 levantamentos militares e tentativas (reais ou inventadas) de golpes de Estado; 21 demissões do primeiro-ministro; e a destituição e detenção arbitrária das máximas autoridades

---

21 A sociedade civil é conceptualizada aqui como "um espaço público, pluralista e moderno de interação social [...] constituído por grupos, redes e instituições distintas do Estado, a sociedade política, a sociedade mercantil, a família e a vida individual" (Carter 2010: 13). A Guiné-Bissau tem uma vida comunitária intensa e de longa data. Esta sociedade comunal tem alimentado a formação da sociedade civil através do desenvolvimento do capital social – os laços de confiança social – e a criação de associações híbridas, com características tradicionais e modernas. Contudo, a sociedade comunal, baseada em identidades e funções atribuídas, não pode ser equiparada – ou substituir – à dinâmica social das associações modernas – como os sindicatos, as ONGs e movimentos sociais – fundada na adesão voluntária dos seus membros. Sobre a formação da sociedade civil guineense, ver Forrest (2003) e Cardoso (2008).

22 Há uma crescente literatura científica com diversas abordagens sobre a instabilidade política da Guiné-Bissau, ver Bijagó (2011, 2017), Bordonaro (2009), Carvalho (2014), Daju (2016), International Crisis Group (2012, 2014), Jarju (2019), Nóbrega (2003, 2015), Rudebeck (2001, 2011), Sangreman (2019a), e Storeloff (2013).

judiciais em 2002. A classificação de cada um destes 58 incidentes entre 1974 e 2019, com pontuações diferenciadas segundo a gravidade dos factos, permitiu produzir este retrato político do país.[23]



Gráfico elaborado com dados históricos sobre a Guiné-Bissau.

O episódio mais dramático neste período foi a guerra civil de 1998-1999, que concluiu com o derrube do presidente Nino Vieira. O conflito ficou centrado maiormente em Bissau. Mas ceifou a vida de quase 2.000 pessoas, deslocou umas 400.000 para o interior do país, criou mais de 5.000 refugiados no exterior, e destruiu umas 5.000 casas e prédios públicos, incluído o palácio presidencial.[24] O período que se seguiu até ao golpe militar de 2012 foi de muito tumulto político. Após a nova transição democrática de 2014, não houve golpes, nem levantamentos militares ou assassinatos políticos. Nesta fase, a instabilidade principal surgiu após a demissão do primeiro-ministro e titular do PAIGC, Domingos Simões Pereira, em agosto de 2015. O impasse suscitado pela decisão do presidente José Mário Vaz travou as relações com a Assembleia Nacional, dominada pelo PAIGC, e resultou na troca frequente de governos. Durante a presidência Vaz, foram designados nove primeiros-ministros, produzindo governos, em média, de apenas seis meses de duração. Tudo isto gerou grande flutuação e paralisia na gestão dos principais órgãos do Estado.[25]

As ruturas e tensões políticas desatadas com o golpe de 1980 reforçaram as fragilidades históricas do Estado guineense e politizaram ainda mais a administração pública. Nas medições do Fundo pela Paz, feitas entre 2012 e 2021, a Guiné-Bissau aparece no ranking 17 entre os Estados

---

[23] Gráfico elaborado com dados históricos sobre a Guiné-Bissau, de Mendy e Lobban Jr. (2013) e outras fontes noticiosas A pontuação conferida a cada incidente de instabilidade foi feita com base na seguinte classificação: guerra civil (20 pontos); golpe de Estado (7 pontos); assassinato do presidente (5 pontos); eliminação violenta do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (3 pontos); assassinato de outras lideranças políticas, militares e sociais (1 ponto); levantamentos militares e tentativas – reais ou inventadas – de golpe de Estado (casos graves com ataques às principais autoridades nacionais ou um número elevado de mortes ou presos, 3 pontos – incidentes menores, 1 ponto); demissão do primeiro-ministro (pelo presidente, voto de não confiança do parlamento ou golpe de Estado, 2 pontos); destituição e detenção arbitrária das máximas autoridades judiciais (3 pontos).

[24] Mendy e Lobban Jr. (2013: 95-96).

[25] Dos nove primeiros-ministros indicados durante a presidência de Vaz, dois foram nomeados duas vezes, Baciro Djá e Aristides Gomes. Os primeiros-ministros que mais tempo ficaram no cargo foram Umaro Sissoco Embaló (14 meses) e Domingos Simões Pereira (13 meses). Sobre a dinâmica política deste período, ver Sangreman, Martins e Proença (2019: 12-21).

mais frágeis do mundo, no mesmo patamar de Burundi, Etiópia e Níger.[26] Segundo o índice, as principais causas da fragilidade do Estado guineense são a forte divisão das elites políticas, a falta de legitimidade do Estado, a baixa qualidade dos serviços públicos, a alta desigualdade social e a notória intervenção externa nos assuntos do país.

A debilidade da administração pública e do Estado de Direito na Guiné-Bissau é salientada em vários outros índices.[27] Ela tem vínculos estreitos com a extensa prática da corrupção, como mostram Cardoso e Sanhá neste livro. A politização do Estado guineense está estreitamente ligada à personificação do poder e à personalização das decisões públicas. Este ambiente, como explicou uma procuradora guineense, "impede que as leis sejam cumpridas. A forte impunidade contribui para isso. No sistema judicial, na administração pública, não se cumpre com as normas, e isso não se castiga, pois há pessoas protegidas. Decisões jurídicas são tomadas pensando mais nas pessoas do que na lei".[28] A disfuncionalidade do judiciário foi descrita pelo próprio presidente do Supremo Tribunal de Justiça, em 2017, como um "mandato turbulento ... ficamos quase com as mãos atadas sem poder fazer nada".[29]

Estas ilustrações dão conta da baixa cotação das instituições do Estado de Direito na Guiné-Bissau. Ao longo das primeiras duas décadas do século XX, os Indicadores de Governança Mundial, produzidos pelo Banco Mundial, situaram a Guiné-Bissau na 16ª posição entre os países com menor capacidade de adesão às normas legais, no mesmo nível da Guiné-Conacri e o Iémen.[30]

Impacto internacional

A transição democrática na Guiné-Bissau teve uma influência externa decisiva. Ela foi precedida pela adoção de uma política de liberalização económica promovida pelo FMI e o Banco Mundial, e acompanhada na década de 1990 por uma onda global em favor da democracia. Este *Zeitgeist* ou espírito democratizante cobrou impulso mundial após a queda do muro de Berlim em 1989. A alta dependência económica da Guiné-Bissau da cooperação internacional tornou-a bastante permeável às ideias e iniciativas impulsionadas pelos principais doadores, como o Banco Mundial, a União Europeia, as agências das Nações Unidas e Portugal. Entre 1974 e 2019, a Guiné-Bissau recebeu dos parceiros internacionais 10,3 bilhões de dólares em assistência ao desenvolvimento, um valor que alcançou, em média, 32% do renda nacional bruta. A cooperação externa chegou ao ponto mais alto entre 1986 e 1998, no tempo em que foi incubado o processo de democratização. Neste lapso de tempo o apoio externo atingiu, na em média, 57% da renda nacional bruta.[31] O apoio de fora à democratização guineense revela-se em contributos de menor caudal – porém cruciais – como o financiamento de todas as eleições realizadas neste país desde 1994, feitas, em particular, com recursos da União Europeia e os seus países membros.

---

26 As classificações de *The Fund for Peace* (2021) incluem 178 nações e territórios do mundo.

27 *The Economist* (2021) outorga à Guiné-Bissau e ao Mali a pontuação mais baixa de toda a África subsariana quanto à funcionalidade do governo. O *Ibrahim Index of African Governance* (2021) dá um melhor *score* à Guiné-Bissau em temas de Estado de Direito e acesso à Justiça, situando-a no *ranking* 28 sobre 54 países africanos. Mas esta colocação cai para a posição 47/54 em assuntos ligados ao problema da corrupção.

28 Manuela Lopes Mendes, entrevistada por Miguel Carter, Bissau, 20 de fevereiro, 2020.

29 Paulo Sanhá citado em Sangreman, Martins e Proença (2019: 30).

30 O ranking deste indicador inclui 200 países e territórios, ver *World Bank* (2021b).

31 A soma total da cooperação internacional reflete valores constantes, indexados ao ano 2005. As cifras utilizadas, incluindo o deflator, são do *World Bank* (2021a).

As crises políticas desencadeadas a partir de 1998 provocaram diversas intervenções externas. Durante a guerra civil de 1998-1999, Senegal e Guiné-Conacri enviaram quase 2.400 soldados em apoio ao governo de Nino Vieira, facto que exacerbou a reação nacionalista das forças alçadas contra o presidente Vieira, lideradas pelo general Ansumane Mané. Neste e noutros conflitos houve várias mediações internacionais destinadas a apaziguar os embates políticos na Guiné-Bissau. Elas foram, no geral, lideradas pela CEDEAO em coordenação – mas, às vezes, em competição – com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros atores internacionais. Estas ações diplomáticas produziram o Acordo de Abuja, em 1998, de pouca duração; a restauração da transição democrática após os golpes militares de 2003 e 2012; e o Acordo de Conacri, em 2016, no esforço por atenuar o impasse político entre o presidente Vaz e o PAIGC. A tudo isto soma-se a instalação de uma missão de paz das Nações Unidas entre 1999 e 2020, a UNIOGBIS.[32]

A presença de tropas estrangeiras na Guiné-Bissau foi frequente a partir da guerra civil. Além das forças militares de Senegal e Guiné-Conacri durante este confronto, houve uma missão da CEDEAO, a ECOMOG, entre 1998 e 1999, com um número reduzido de militares. Entre 2011 e 2012 Angola instalou a MISSANG, ato que incidiu na crise que desencadeou o golpe de 2012. Em substituição da força angolana, a CEDEAO criou a ECOMIB, que operou de 2012 a 2020 com tropas de vários países da região e financiamento da União Europeia, desde 2015.

A instabilidade política fez da Guiné-Bissau um palco para a influência geopolítica e a penetração das redes globais do narcotráfico. Estas configurações se entrelaçam com o impacto variado do ambiente político regional, marcado por avanços e recuos democráticos, e a predominância de homens fortes na chefia destes países. Alguns destes homens fortes, de claro perfil autoritário, como Muammar Kadhafi da Líbia, Lansana Conté da Guiné-Conacri, Yayha Jammeh da Gâmbia, e José Eduardo dos Santos de Angola, proporcionaram modelos de liderança pouco auspiciosos para a democratização da Guiné-Bissau. Daí que o impacto internacional sobre a construção do regime guineense tenha sido de efeitos variados – ora democratizante, ora autocratizante; ora fonte de atrito, ora força estabilizadora.

Aprendizagem política

Ao longo da prolongada e turbulenta transição democrática na Guiné-Bissau, houve um processo de aprendizagem política. Esta marcha envolveu atores públicos influentes e o próprio povo guineense. Os avanços democráticos registados entre 1991 e 2020 não são poucos. Eles incluem a adoção de garantias constitucionais; a instauração de eleições competitivas e livres, com a alternância partidária no exercício do poder; a alta participação popular nas eleições; o surgimento de uma sociedade civil com maior capacidade de ação; o menor engajamento político dos militares depois de 2014; e a conclusão ininterrompida – por primeira vez, em 2020 – de um mandato presidencial; entre outros sinais de progresso.

Esta evolução democrática não tem precedentes na história da Guiné-Bissau. Na era colonial e do partido único, o regime político foi de um autoritarismo fechado. A democratização eleitoral, promovida por forças internacionais, foi respaldada por diversos atores nacionais, descontentes com o abuso de poder, a violação de direitos humanos, o desgoverno e a corrupção no regime autocrático. A grande instabilidade política que surgiu neste período, provocada por disputas de poder entre homens fortes do âmbito partidário e castrense, gerou um prejuízo enorme. Mas ela induziu um processo de aprendizagem. Na última década, isto foi reforçado por ações externas, como as sanções impostas pelas

[32] Sobre o impacto dos organismos internacionais na política guineense, ver Carvalho (2016).

Nações Unidas e a União Europeia aos autores do golpe militar de 2012. A detenção do almirante José Américo Bubo Na Tchuto por agentes do governo dos EUA, em 2013, a raiz do seu envolvimento no narcotráfico, teve um efeito dissuasivo similar. Intervenções deste tipo mostraram que há um custo a pagar por transgressões ostensivas das normas estabelecidas pela comunidade internacional.

A aprendizagem democrática na Guiné-Bissau tem elementos ténues e superficiais. Mas não deixa de ser uma experiência adquirida. Nos inícios da década de 2020 não se observa o ânimo de restringir a vida democrática de maneira drástica e aberta – *manu militari* – como se fazia antes. Assumida com honestidade ou hipocrisia, esta disposição já é um avanço importante.

A Política do Homem Forte

A política do homem forte é crucial para entender a instabilidade do regime guineense.[33] A transição democrática na década de 1990 criou condições que exacerbaram a volubilidade desencadeada por este tipo de liderança política, com traços – ou pretensões – de autoridade carismática. O ambiente institucional, o contexto político, as condições económicas e a herança cultural são fundamentais para compreender esta dinâmica. Esta secção analisa o ambiente que viabiliza a política do homem forte, detalha o seu *modus operandi* e conclui com uma revisão de seus efeitos na democratização política da Guiné-Bissau.

Ambiente institucional

A novidade das regras institucionais, a sua fraca adesão, e falhas no desenho constitucional têm facilitado a primazia do homem forte na política guineense.

A **instauração de um regime multipartidário**, com importantes liberdades e eleições competitivas entre distintas agrupações, alterou profundamente a dinâmica política do país. Essas práticas, sem precedentes na história da Guiné-Bissau, introduziram um elemento de incerteza nas relações de poder e na seleção das autoridades nacionais. As alterações partidárias produzidas nas eleições de 1999, 2005, 2009 e 2019, e as margens estreitas no *score* de várias eleições, dão conta da intensidade do processo construído. Apesar da guerra civil e os golpes de Estado em 2003 e 2012, a restauração da transição democrática foi uma demanda constante de lideranças partidárias, representantes da sociedade civil e atores-chave da comunidade internacional.

A **adesão fraca às regras formais** surge da aceitação seletiva e oportunista destas disposições institucionais. Ela reflete a prevalência de normas informais. Isso decorre da novidade dos preceitos legais, da fraca capacidade de aplicá-las, e da continuidade de hábitos políticos adquiridos antes da instauração do novo regime: na era colonial, durante a luta pela independência, e sob o regime de partido único. Os legados autoritários e as práticas informais exacerbaram as incertezas geradas pela transição democrática. A indefinição dos resultados da disputa eleitoral introduziu um elemento de indeterminação próprio da democracia. A isto soma-se a incerteza da transição política, fruto da falta de garantias quanto ao cumprimento das novas regras institucionais. Esta dupla incerteza – de resultado e procedimento – cria um ambiente propício para a supremacia da política informal, a procura de alianças encobertas com líderes militares, e a busca de financiamento político ilícito. Esta volubilidade alimenta uma adesão ambígua – em menor ou maior grau – aos princípios democráticos.[34]

[33] O conceito de política do homem forte é de Hyden (2013), que utiliza o termo "big man politics". Traduzido literalmente para português seria "política do homem grande". Na Guiné-Bissau, esta expressão tem a conotação de um homem com idade avançada ou de senioridade, à qual se alia uma certa sabedoria ou sagesse. Daí a adaptação feita para "homem forte". O estudo clássico sobre o governo pessoal em África é o de Jackson e Rosberg (1982). Uma avaliação mais recente, que sublinha a desaprovação popular com os "governos de homens fortes" em África, pode ser encontrada em Dulani e Tengatenga (2019).

[34] Carter (2021).

Elementos do desenho institucional têm acentuado a política do homem forte e aumentado o risco de entraves políticos. O mais relevante deles é o semipresidencialismo de forte pendor presidencial. Este sistema político carrega os problemas do presidencialismo apontados por Juan J. Linz e outros cientistas políticos. A legitimidade democrática dual do sistema presidencial facilita o surgimento de impasses entre o poder executivo e o legislativo. Havendo uma mudança nas circunstâncias políticas, o mandato presidencial é rígido e muito difícil de alterar. Além disso, o presidencialismo faz parte de um sistema maioritário onde o vencedor leva tudo (*winner-takes-all*), e o derrotado fica sem nada.[35] No semipresidencialismo há um risco de fricção adicional entre o presidente e o primeiro-ministro. Este perigo é maior em países onde prevalece a dinâmica do homem forte. Pois na expressão popular guineense, "dois galos não podem cantar numa capoeira".[36] Para os especialistas na matéria, o semipresidencialismo de pendor presidencial é muito problemático para as democracias jovens.[37] Acrescenta-se a estas limitações institucionais a concentração do poder em Bissau, em detrimento dos governos subnacionais. Esta situação tem acentuado a disputa pelo controlo do Estado nacional e insuflado a política do homem forte.

Contexto político

A fluidez política, as fissuras no PAIGC e o protagonismo militar têm ampliado as oportunidades de ação do homem forte.

A **fluidez política** e a dispersão de forças durante a transição democrática levaram ao surgimento de novas lideranças e alargaram o campo de disputa pelo poder. O PAIGC perdeu a sua hegemonia com a abertura do regime, o desgaste interno e a guerra civil iniciada em 1998, fruto da fragmentação das forças militares. A sua derrota eleitoral em 1999 cristalizou este facto. A eleição do homem forte do PRS, Kumba Yalá, e a sua gestão caótica e arbitrária, deterioraram ainda mais a autoridade presidencial. As divisões no seio do PAIGC, em outros partidos, e nas forças armadas, provocaram conflitos acirrados. A falta de atores e alianças políticas estáveis – ou um contrapeso do sector privado e da sociedade civil – criou um vácuo de poder e agravou o clima de indeterminação. As novas oportunidades de disputa pelo poder, a ampliação dos atores envolvidos, e a fluidez política gerada por esta dinâmica, nutriram as ambições de uma nova geração de homens fortes.

As **fissuras no PAIGC** têm sido um dos principais eixos de instabilidade política no país, desde a luta pela independência. Quase todos os partidos que emergiram durante a transição democrática resultaram de divisões internas no PAIGC. O surgimento do PRS capitalizou o 'caso 17 de outubro' de 1985, em que oficiais militares e políticos, na sua maioria da etnia Balanta, foram acusados de promover um golpe de Estado. Vários foram torturados e seis fuzilados. Em consequência, nos anos 1990, uma parte expressiva do eleitorado Balanta transferiu a sua adesão histórica ao PAIGC para o PRS. Nas eleições presidenciais de 2005, a disputa principal foi entre duas figuras emblemáticas do PAIGC: Nino Vieira e Malam Bacai Sanhá. Vieira se apresentou como candidato independente num confronto que representou uma revanche entre fações do PAIGC. Em 2018, lideranças de outra base étnica importante do PAIGC, os Mandinga e Fula, criaram um novo partido político, o MADEM, como resultado da disputa intrapartidária entre Domingos Simões Pereira e Braima Camará, aliado

[35] Linz (1994).

[36] Homem de 49 anos entrevistado em Buba, ver Carter (2020).

[37] Elgie (2005), Azevedo (2009), Lobo e Amorim Neto (2009). Kafft (2016), por outro lado, defende o sistema presidencial, mas com uma revisão superficial da literatura na ciência política sobre o assunto.

ao atual presidente Umaro Sissoco Embaló. As disputas internas no PAIGC serviram, ao longo dos anos, como um canteiro de homens fortes.[38]

O **protagonismo militar**. O papel determinante das Forças Armadas Revolucionárias do Povo na conquista da independência nacional conferiu aos militares um estatuto especial na nação guineense. A sua atuação decisiva em quase todas as transições do poder foi assentada no golpe de 1980, que estabeleceu o poder fáctico dos militares sobre os civis. A vitória da fação militar liderada pelo general Ansumane Mané na guerra civil de 1998-1999, apoiada por ex-combatentes da luta de libertação nacional, afiançou este poder. Ela outorgou aos militares o papel informal de "reguladores" da vida pública nacional.[39] Esta orientação agudizou a intervenção política dos militares entre 2000 e 2014.

Em 2000, Mané levantou-se contra o presidente Kumba Yalá e foi morto por soldados leais ao presidente. Em 2003, Yalá foi derrubado por um golpe militar apoiado pelos principais partidos da oposição. Em 2009, um grupo militar assassinou o presidente Nino Vieira, em represália pela eliminação física do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Batista Tagme Na Waié, horas antes. Em 2010, o general António Indjai sequestrou o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior por algumas horas, numa ação que levou à destituição do chefe do Estado-Maior pelos soldados rebeldes. A nomeação de Indjai para a chefia do Estado-Maior, pouco tempo depois, gerou ampla controvérsia. Em 2012, sob a liderança de Indjai, os militares impediram a conclusão das eleições presidenciais com um novo golpe de Estado. A intervenção militar foi apoiada por Yalá e outras lideranças políticas derrotadas na primeira volta pelo candidato do PAIGC, Gomes Júnior.

A ascendência militar ficou atenuada com as sanções internacionais impostas aos militares golpistas, em 2012. Isto foi reforçado em 2013 com a detenção do almirante Na Tchuto pela polícia antidrogas dos EUA, e a emissão do mandato de captura internacional, decretada pela Justiça dos EUA, do ex-chefe do Estado-Maior, António Indjai, por participação no narcotráfico. Indjai foi removido do cargo em 2014, pelo presidente Vaz. Nos anos seguintes, os militares mantiveram uma atuação mais discreta e respeitosa do poder civil, mantendo as prerrogativas (informais) da sua autonomia institucional.

Condições económicas

A informalidade económica, a fraqueza da burguesia nacional, e a presença de uma economia política ilícita criaram um contexto favorável ao desenvolvimento da política do homem forte.

A **informalidade económica** é predominante na Guiné-Bissau, onde 83% das pessoas economicamente ativas trabalham por conta própria.[40] No geral, os mercados populares são pouco ou não regulamentados. O contrabando representa uma parte substancial do comércio do país. A informalidade e a forte prevalência da agricultura camponesa, ligada sobretudo à produção de castanha de caju e de arroz, cultivados ambos em escala familiar e em ambientes com uma apreciável vivência comunitária, tem restringido o impacto das relações sociais capitalistas no meio rural. Isto é o resultado tanto do subdesenvolvimento económico do país, como da penetração errática e limitada do grande capital. A taxa de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau foi, durante as últimas duas décadas, uma das mais baixas da África subsariana, com uma média anual

---

[38] Sobre a formação, o comportamento e as intrigas das elites políticas, em especial do PAIGC, ver Cardoso (2002), Nóbrega (2003) e Storeloff (2013).

[39] Koudawo (2001). Sobre o poder militar, ver Embaló (2012) e Djau (2016).

[40] Estimativa obtida através da pesquisa Vozes do Povo. No meio rural, esta cifra alcança 94% da população economicamente ativa. Sobre a informalidade económica, ver Forrest (1992, 2003).

de 1,7% do produto interno bruto (PIB). Neste período, ela foi 59% mais baixa que a média dos países vizinhos.[41] Os elevados níveis de informalidade contribuem para desagregar e enfraquecer a representação dos interesses de classe. O etos comunitário e a informalidade económica reforçam a personalização da vida política e, com isso, a prática do homem forte.

A **fraqueza da burguesia nacional** e a sua alta dependência do poder político decorrem do mesmo quadro de subdesenvolvimento. Na Guiné-Bissau, a política domina a economia, e não o contrário, como sucede – grosso modo – num sistema capitalista avançado. A supremacia da política é uma herança da luta anticolonial, e o resultado da debilidade histórica dos atores económicos nacionais.[42] O monopólio do capital financeiro pelos atores políticos tem limitado o surgimento de um sector privado mais forte. O modelo empresarial predominante na Guiné-Bissau, tal como noutros países africanos, é o do político-empresário, que utiliza a sua influência para fazer negócios privados com o Estado ou sob a sua proteção. As práticas de negócio de compadrio têm facilitado a captura do Estado pelas elites e exacerbado a corrupção. Acima de tudo, conduziram à apropriação indevida das riquezas naturais do país: a madeira, a pesca e a areia pesada. Isto gerou fortunas pessoais que serviram para financiar o envolvimento político destes empresários.

A **economia política ilícita** forjada em torno do narcotráfico, o contrabando, e o comércio ilegal da madeira têm servido para financiar campanhas eleitorais e garantir a impunidade dos atores envolvidos. O narcotráfico atingiu o auge em 2005, através da intermediação de alguns empresários e a proteção de altas autoridades políticas e militares.[43] Nessa altura, a Guiné-Bissau ganhou fama mundial como um lugar de trânsito da cocaína vinda da América do Sul, tendo recebido umas 20 toneladas de cocaína por ano, se não mais.[44] Além de fomentar a corrupção, o narcotráfico exacerbou a instabilidade política do país, instigando assassinatos políticos, influenciou os desenvolvimentos que conduziram ao golpe militar de 2012, e fomentou novas tensões políticas em 2019, na sequência da apreensão de cerca de 2,7 toneladas de cocaína, em duas operações de luta contra o tráfico de droga.[45]

O golpe de Estado de 2012 deu início a um período de abate maciço e ilegal de árvores de madeiras nobres para exportação para a China. Estas actividades foram supervisionadas por militares de altas patentes. A economia política ilícita tem financiado a ascensão de vários homens fortes com atuação no âmbito político e castrense.

Herança cultural

Várias condutas sociais ligadas à construção do poder têm fortalecido a política do homem forte. Entre outros elementos da cultura política, podemos destacar três: o controlo das pessoas – mais do que o domínio territorial – como fonte de poder, as tradições comunitárias, e a cultura de *matchundadi*, quer dizer, o culto da virilidade masculina.

---

41 Senegal, Guiné-Conacri, Gâmbia e Cabo Verde.

42 Hyden (2013: 28). Sobre a política económica guineense, ver Sangreman (2019b).

43 Shaw (2015), Kohl (2016). Ambos os autores afirmam que, em 2005, a custosa campanha presidencial de Nino Vieira foi financiada,em grande parte, pelo narcotráfico.

44 Tonelagem estimada pelo diretor da UNODC na Guiné-Bissau, ver Loewenstein (2019: 66). Sobre o impacto do narcotráfico na política guineense e na região, ver Ceesay (2016). Segundo o inquérito Vozes do Povo, em 2018, 37% dos guineenses dizem ter visto pessoas enriquecerem-se com o tráfico de drogas. Em Bissau, esta constatação chegou a 46% da população.

45 Pereira (2022). A alegada colaboração entre agentes do Estado, elites políticas e redes internacionais de crime na Guiné-Bissau alude a vários elementos de "criminalização do Estado", conforme tratado em Bayart, Ellis e Hibou (1999).

O **controlo das pessoas como fonte de poder** faz parte de uma longa tradição em África. A geografia extensa deste continente e as fronteiras pouco definidas e porosas estabeleceram um legado distinto no exercício da autoridade política.[46] Como explica Goran Hyden, em África, "o objetivo da política na sociedade pré-colonial era acumular súbditos para governar, não terras".[47] Esta abordagem difere consideravelmente da encontrada no continente europeu, mais densamente povoado, e também em grande parte das Américas, onde a autoridade do Estado era definida pelo comando de um território bem definido. Nestas regiões do mundo, o poder está frequentemente ligado à posse individual da terra, daí a importância da sua delimitação. Em contrapartida, na Guiné-Bissau e noutras partes de África, historicamente, devido à relativa facilidade com que as pessoas se podiam deslocar de um território para o outro, as autoridades granjeavam a sua principal força política da capacidade em manter a lealdade das pessoas. Este facto decorre do costume da propriedade comunal da terra, que difere consideravelmente da posse individual adotada, sobretudo, nos países ocidentais. A necessidade de manter o controlo das pessoas cria uma dinâmica política mais fluida e transacional. Os líderes têm de investir esforços consideráveis para atrair e manter seguidores e criar alianças – e, se necessário, incutir o medo da sua ira.[48] Esta prática tende a personificar as relações de poder, uma vez que os líderes se esforçam por cultivar o apoio popular, donde a afinidade com a política do homem forte.

A **tradição comunitária** sustenta laços de convivência baseados em lealdades primordiais ligados ao clã familiar, a comunidade de origem, a vizinhança, amizades, vínculos étnicos e religiosos. O exercício da autoridade neste ambiente favorece uma conceção pessoal da política e do uso do poder. A prioridade dada às relações pessoais cria um clima social mais maleável e flexível, onde a regra principal é ficar bem com o circuito que rodeia o líder: os familiares, amigos, seguidores e aliados. Disto depreende-se um etos social destinado a resolver problemas particulares, antes que promover políticas universais. A vida comunitária na Guiné-Bissau tem séculos de história, associada a uma longa prática de convivência intercomunitária e interétnica.[49] O legado comunitário, portanto, inclui a capacidade de se relacionar com grupos distintos e formar alianças sustentadas na troca de benefícios mútuos.

A **cultura da *matchundadi*** – o culto do vigor masculino – representa um conjunto de valores e práticas que destacam o exercício da força dos homens, da sua coragem, rebeldia, de estar acima da lei, e a sua capacidade de intimidação e uso da violência física e simbólica.[50] Ela nasce de uma visão patriarcal da sociedade, reforçada pela demonstração do poder masculino em várias tradições étnicas, na era do colonialismo português, na figura do combatente pela libertação nacional, e na política do homem forte cimentada após a independência. O *matchu* impõe a sua autoridade pela força, no âmbito doméstico, comunitário, religioso ou partidário. A batalha constante por impor o seu poder, inclusive entre os aliados, gera uma instabilidade contínua. Esta fluidez sustenta uma cultura política funcional à presença do homem forte.

O contexto institucional, político, económico e cultural explica as condições em que emerge e evolui a política do homem forte. Mas isto não dá conta da dinâmica que o caracteriza. Daí a importância de examinar o *modus operandi* do homem forte.

46 Herbst (2000).

47 Hyden (2013: 56).

48 Hyden (2013: 56-57).

49 Segundo Forrest (2003), esta convivência multiétnica explica a notável resistência popular à implantação do domínio colonial português nos séculos XIX e XX.

50 Moreira (2017: 2).

Modus operandi

A partir do estudo da política africana desenvolvido por Goran Hyden e outros cientistas sociais é possível desenhar uma tipologia do homem forte e sua modalidade política, com base nos seguintes traços:

É guiado por regras informais. O poder é exercido através de relações pessoais e normas não escritas. A desconexão entre a prática e os preceitos formais ressalta a importância das convenções informais. Estas convenções são as regras reais do sistema político e a forma dominante como as instituições formais operam. Nesta situação as leis costumam ser distorcidas ou adaptadas aos costumes no uso do poder. A supremacia aqui é da política, repousada na lógica de relações pessoais e afetivas.[51] A ausência de regras claras e a prevalência de acordos não escritos fomenta uma dinâmica política menos contida e, portanto, mais ambígua, fluida e personalizada. Isso eleva o custo e risco para as pessoas envolvidas na política, e amplifica a sensação de incerteza no público geral.[52]

Requer de muitos seguidores. O líder constrói o seu poder acumulando apoiantes e aliados. Isso é alcançado de três maneiras, pela: *(i)* demonstração de força pessoal, através do comportamento enérgico e a aparência carismática;[53] *(ii)* capacidade do dirigente de gastar dinheiro de forma visível, ostentando e partilhando a sua riqueza, de maneira a acumular seguidores e demonstrar que os tem;[54] *(iii)* formação de uma base clientelista, fundada na troca de favores entre o líder e os seus seguidores. Para isto, o dirigente deve acumular recursos e alardear a sua riqueza.[55]

Apresenta altos custos de transação. Para chegar ao poder e mantê-lo, o líder tem o incentivo de ampliar a sua coligação o máximo possível, pois as coligações estreitas são uma ameaça ao seu poderio. Só que "nutrir a miríade de relações recíprocas nas quais ela se baseia requer muita energia e recursos pessoais. O acúmulo pessoal de recursos pelo governante torna-se necessário para sustentar essas relações. Muito disso vem por meio da apropriação indébita de fundos públicos".[56] Em tais ambientes, os custos de transação não são o desafio principal. A maior preocupação dos líderes são os custos da transgressão, ou seja, os atos de deslealdade dos seguidores e aliados.[57]

Responde a uma conceção comunitária da política. A racionalidade política está inserida num contexto de reciprocidades primordiais e afetada, logo, por pressões e interesses locais.[58] Isso cria um ecossistema onde "os governantes continuam a ver os seus interesses vinculados às comunidades locais, em vez de um sistema de regras abstratas. Eles agem no nível do Estado como o fazem na sua comunidade".[59]

Alimenta práticas patrimonialistas e clientelistas. A dinâmica política que emerge desses arranjos acaba por fundir os interesses públicos e privados. A corrupção torna-se uma maneira normal de fazer política nesses ambientes, ainda que possam existir variações importantes na forma como isto é praticado e nas somas desviadas. O homem forte vê os seus seguidores como clientes,

---

51 Hyden (2013: 74). Sobre as instituições informais, ver Helmke e Levitsky (2006), e na política africana, ver Chabal e Daloz (1999).

52 Hyden (2013: 97). Uma das regras informais chaves da política guineense é a de manter um bom relacionamento com os militares e os poderes tradicionais, em particular os régulos.

53 O carisma do homem forte ajuda a preencher a lacuna entre as instituições formais e informais, Hyden (2013: 56, 84).

54 Hyden (2013: 76).

55 Hyden (2013: 104).

56 Hyden (2013: 105-106).

57 A obsessão com os custos da infidelidade foi bem retratada por Nino Vieira: "a Guiné é um país de traições", ver Nóbrega (2003: 187).

58 Hyden (2013: 59).

59 Hyden (2013: 115).

em vez de cidadãos. A política multipartidária e a necessidade de somar votos têm engendrado um âmbito propício para o desenvolvimento do clientelismo.[60]

Evidencia um comportamento estratégico, afetivo e oportunista. Revela um etos político complexo. O dirigente pode ser pragmático e temperamental, ao ponto de exprimir ares de liderança carismática. O lado passional é impetuoso e pode agudizar conflitos. O lado estratégico pode conter uma alta dose de oportunismo, capaz de se aliar com o inimigo e trair o parceiro.

Instiga uma política de soma zero. Esta atitude deixa pouco espaço para as concessões e não acredita nas fórmulas mais inclusivas de soma positiva (*win-win*).[61] Prima a política de 'o vencedor leva tudo' (*winner-takes-all politics*). A tendência para a punição mútua entre os rivais pode ser significativa, gerando um ambiente conflituoso e instável.[62] Entre as lideranças políticas, isso reforça um sentimento geral de insegurança e incentiva tramas e conspirações, impelindo esforços entre os dirigentes por salvaguardar ou aumentar o seu poder político.

Luta pelo poder e os seus privilégios. A motivação principal é pugnar pelo acesso às regalias do poder. Daí que a disputa central seja por "sentar-se à mesa" e não ser excluído dela. Pois os que ficam de fora "são deixados a murchar no deserto".[63] Esta divisão entre os de dentro (os *insiders*) e os de fora (os *outsiders*) marca pautas decisivas na vida política. Neste ambiente prevalece o princípio de dar aos amigos tudo e aniquilar os adversários. Isto pode ser feito através do abuso dos instrumentos legais para combater o oponente (o *lawfare*), o constrangimento simbólico, ou, em casos extremos, a violência física. Neste ambiente, a disputa programática ou ideológica fica fortemente diluída. Não há distinções nítidas entre conservadores e progressistas, direita e esquerda. A pugna crucial é entre os grupos associados ao homem forte e os seus rivais.

Exibe uma masculinidade tóxica. O líder macho se considera acima da lei e encarna a personificação do poder. Como tal, considera que pode fazer uso discricionário da sua autoridade e dos recursos do Estado.[64] Ele é guiado pela lei do mais forte. Viver acima das regras institucionais é a sua maior demonstração de poder. O homem forte floresce num ambiente de impunidade. Ele é agressivo e vingativo, ao ponto de procurar a humilhação do adversário – ou, se for possível, a sua eliminação.[65] Mas também pode ser generoso e sedutor, inclusive no empenho por conquistar várias mulheres. No plano discursivo, o líder macho assume, muitas vezes, uma postura hipermasculina, capaz de exprimir uma fala dramática que pode revelar traços persecutórios e usar expressões virulentas.[66]

Usa a matriz religiosa africana para assegurar o seu poder. Os contratos feitos com os espíritos para conquistar e manter o poder têm outorgado um lugar especial – e discreto – aos mediadores ou bruxos da tradição religiosa africana. Nesta cosmovisão, a relação com o poder deriva da capacidade de honrar as alianças com os espíritos dos ancestrais. A forte crença na encarnação do poder político como desígnio espiritual das tradições locais concorre para que os bruxos – *djambacuses* e *baloberus* para os animistas, e *mouros* para os islamizados – sejam atores cruciais na gestão do poder político. Importantes decisões políticas tomadas pelos homens fortes envolvem consultas a estes intermediários e sua comunicação com as forças místicas.

---

60 Hyden (2013: 81), Moreira (2017: 268-269).
61 Hyden (2013: 87).
62 Hyden (2013: 130, 93).
63 Bratton e Walle (2002: 86).
64 Moreira (2017: 194, 210, 269).
65 Moreira (2017: 201, 228, 240).
66 Moreira (2017: 237, 252-253).

O ambiente de alto risco, a constante suspeita e a inquietação política criam a necessidade psicológica de proteção, que leva a procurar os poderes ocultos, como mostra a prática de vários líderes políticos e militares guineenses.[67]

Os homens fortes e a democratização

Na Guiné-Bissau, figuras como Nino Vieira, Kumba Yalá, Ansumane Mané e António Indjai exemplificam a ideia do homem forte, no campo político e militar. Vieira foi presidente da república por quase 21 anos. Yalá foi o seu principal opositor e presidente por três anos e meio. Mané liderou a rebelião militar que depôs Vieira. Indjai foi comandante das forças armadas num período conturbado da vida nacional. Viera e Yalá implantaram o estilo homem-forte de exercer o governo e ser oposição, com forte influência numa geração de dirigentes ligados aos dois principais partidos políticos do país, PAIGC e PRS. Todos eles foram combatentes da luta pela libertação nacional, sendo Vieira o mais reconhecido e temido deles. Vieira, Mané e Indjai ilustram o peso da instituição militar guineense na formação de homens fortes.

As quatro figuras representaram no seu momento a personificação do poder. Todos eles conspiraram e participaram em golpes de Estado, e exerceram o poder com arbitrariedade – muitas vezes acima da lei. Viera e Mané tiveram mortes trágicas. Yalá faleceu por doença. Indjai ainda tem ordem de captura internacional por envolvimento no tráfico de drogas. Ser homem forte na Guiné-Bissau é viver com um elemento de drama.

A política do homem forte tem sido a principal fonte de instabilidade do regime guineense, e, como tal, um forte impedimento ao avanço democrático. Ainda assim, cabe destacar a ambiguidade democrática destes dirigentes. Vieira, apesar do seu passado autoritário, facilitou a transição democrática iniciada na década dos anos 1990. Yalá competiu nas primeiras quatro eleições, e chegou, eventualmente, a reconhecer a sua derrota em dois delas. Mané e Indjai, sob pressão doméstica e internacional, autorizaram a realização de eleições competitivas depois de liderar golpes de Estado. Esta situação nos remete ao seguinte paradoxo: na Guiné-Bissau o avanço democrático tem acontecido apesar da política do homem forte, e, em certas conjunturas, com o apoio destas figuras.

Como temos visto, a democratização do regime guineense é fruto da conjunção de várias forças. Estas incluem a pressão internacional, sobretudo dos organismos internacionais e países democráticos, mas também de influências mais subtis, como a diáspora guineense. Adiciona-se a isto a demanda democrática nacional, sustentada por atores políticos locais, representantes da sociedade civil, e a opinião pública guineense, como demonstra a pesquisa Vozes do Povo.[68] Esta demanda é inspirada pela aprendizagem política de muitas elites guineenses e grande parte da população, que almejam um regime mais estável. Apesar do retrocesso democrático em várias partes do mundo, não há uma fórmula de legitimidade política com maior aceitação global que a democracia eleitoral.

Neste contexto é possível entrever uma afinidade eletiva entre a política do homem forte e os processos eleitorais. As eleições competitivas são um mecanismo que permite construir homens fortes, dirimir disputas entre eles, e legitimar o seu poder. A construção do homem forte

---

[67] O apelo aos poderes ocultos na Guiné-Bissau é descrito por Jarju (2019: 99-101), e na África, Chabal e Daloz (1999: 65-69). Miguel de Barros aportou valiosas ideias sobre este assunto.

[68] Sobre a demanda democrática nacional, ver os capítulos 1 e 2 de Carter neste livro. Esta demanda é similar à percebida em outros países africanos, ver Gyimah-Boadi, Logan e Sanny (2021).

através de um mecanismo institucional, numa disputa moldada por regras convencionais, facilita o desenvolvimento de um "processo civilizador", no sentido utilizado por Norbert Elias.[69] Aqui, as regras formais vão atenuando as regras informais do homem forte. Ao canalizar as ambições políticas pela institucionalidade eleitoral, criam-se hábitos que acabam reforçando – com o tempo e de maneira paulatina – a relevância das normas oficiais. Suprimir as eleições competitivas, nestas condições, levaria à eliminação de um meio vital para a construção do homem forte, daí o interesse de muitas elites em mantê-las.

Nesta equação, a democracia não avança por força das condições sociais, o bom desenho institucional ou algum 'espírito democrático'. Antes que isso, a democracia surge como uma fórmula de pacificação política, uma estratégia que permite contornar um conflito de alto custo, e evitar uma calamidade pior. Com o tempo, esta estratégia de convivência cria hábitos e interesses próprios na manutenção do sistema engendrado. Como explica Dankwart A. Rustow, em circunstâncias como estas, a democracia não nasce como "o objetivo original ou principal" dos atores políticos envolvidos. Mas é o resultado da busca de "um meio para alcançar algum outro fim" ou "um subproduto fortuito da luta".[70] Tudo isso sugere a possibilidade de um lento amadurecimento político que permita atenuar – e incluso democratizar – a política do homem forte na Guiné-Bissau.

Consequências

A instabilidade produzida pela política do homem forte, num contexto de democratização, teve um impacto altamente negativo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Entre os efeitos multifários, ressaltamos de maneira sintética sete consequências. Todas elas, de certa forma, reforçam o círculo vicioso que sustenta a prática do homem forte.

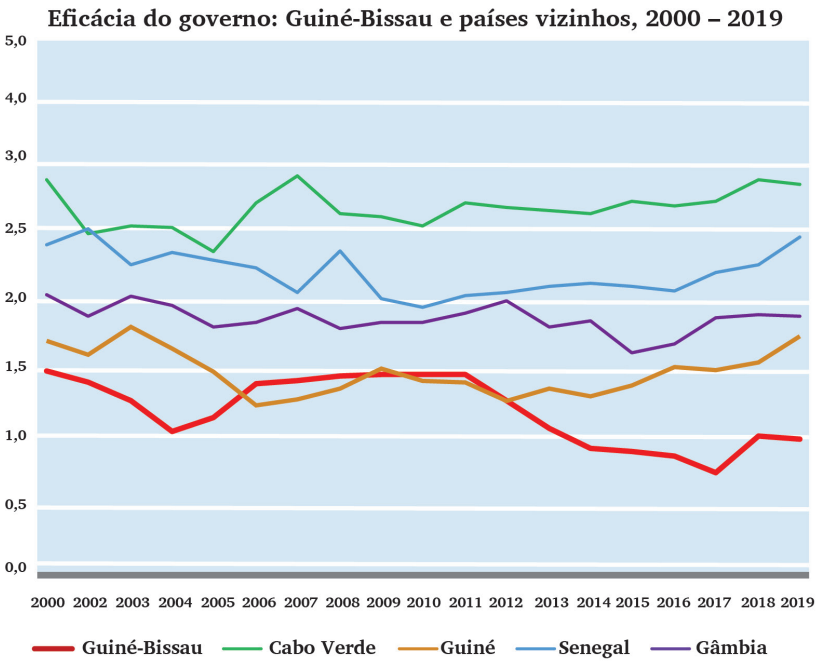
1. A má governação e alta corrupção. A instabilidade política tem sido o principal obstáculo à boa governação na Guiné-Bissau, desde os tempos da colónia portuguesa. Após a independência, a instabilidade acentuou a politização e a corrupção da administração pública, do poder judicial e das forças de segurança. O resultado disso foi a consolidação de um dos governos menos eficazes do mundo. Nas primeiras duas décadas do século XXI, segundo os Indicadores de Governação Mundial, a Guiné-Bissau ocupou a posição 19ª entre os governos mais ineficazes do mundo.[71] Na África Ocidental, só Togo e Libéria, que esteve em guerra civil entre 1989 e 2003, tiveram uma pontuação inferior. Entre os países vizinhos, a Guiné-Conacri é o único que chega próximo da Guiné-Bissau, como mostra este gráfico.

---

[69] Segundo Elias (1982), o processo civilizador é um desenvolvimento sociológico, gradativo, pelo qual são disciplinadas as paixões e outros impulsos brutos, e transformadas em formas mais metódicas de comportamento.

[70] Rustow (1999: 28). O estudo clássico de Rustow foi publicado originalmente em 1970. No mesmo texto, o autor salienta que as democracias incipientes "não travam lutas mornas, mas têm uma disputa familiar ardente" (1999: 29).

[71] O índice de eficácia do governo cobre 195 países e territórios e reflete "as perceções sobre a qualidade dos serviços públicos, a qualidade da função pública, e o grau da sua independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas públicas, e a credibilidade do compromisso do governo com essas políticas", World Bank (2021b).



Produzido com dados dos Indicadores de Governação Mundial. A pontuação original foi modificada para facilitar a apresentação dos dados, mas a escala (de 0 a 5 pontos) se manteve igual.
Fonte: World Bank (2021b).

Os mesmos indicadores produzidos pelo Banco Mundial mostram que a perceção da corrupção na Guiné-Bissau é uma das piores do mundo. Entre 2000 e 2019, em média, a Guiné-Bissau se manteve entre os 13 países mais corruptos do mundo.[72] Nenhuma nação africana teve um *score* tão problemático. Em suma, a instabilidade política promoveu o desgoverno e o crescimento da corrupção.

2. O desenvolvimento frustrado. A instabilidade crónica, a má governação e a alta corrupção produzidas pela política do homem forte manteve a Guiné-Bissau entre os países mais pobres do planeta. Segundo o PNUD, em 2019, o índice de desenvolvimento humano da Guiné-Bissau era um dos mais atrasados do mundo, no ranking 14, comparável ao Congo, Libéria e Guiné-Conacri. A expectativa de vida dos guineenses era de apenas 58,3 anos, sendo que só sete países do mundo, todos eles africanos, tinham uma esperança de vida menor. A renda nacional bruta (RNB) per capita, em 2017, foi de somente 1.996 dólares anuais, em paridade de poder de compra (PPC). Isto situou a Guiné-Bissau entre os 14 países mais pobres do mundo, no mesmo nível de Haiti e Sudão do Sul. Comparado aos países da África subsariana, a renda guineense era 46% mais baixa que a média regional.[73] Além disso, a Guiné-Bissau é o quinto país de menor investimento na educação do mundo, com um valor que alcança só 2,1% do produto interno bruto (PIB), superior apenas aos recursos alocados pelo Sudão do Sul, Congo, Papua Nova Guiné e Bangladesh.[74] O desgosto popular com este fiasco é enorme, como revelou a pesquisa Vozes do Povo.[75]

[72] O ranking de corrupção abrange 197 países e territórios, World Bank (2021b).

[73] UNDP (2020a: 345-346). Segundo o World Bank (2021a), o produto nacional bruto per capita (PNB) guineense cresceu só 11% entre 2000 e 2020, a uma taxa anual de apenas 0,5%. No Senegal, a taxa de crescimento, no mesmo período, foi o dobro.

[74] UNDP (2021).

[75] Ver, em particular, os capítulos 5 e 6 de Carter, neste livro.

3. A economia predatória e extrativa. O modelo de desenvolvimento económico consolidado nas últimas três décadas sustenta-se na exploração dos recursos naturais e na exportação de matérias-primas. A maior parte da riqueza gerada por este sistema mantém-se concentrada no círculo de uma elite ligada ao poder político e ao comércio internacional.[76] A implementação do Programa de Ajustamento Estrutural, a partir de 1986, consolidou um padrão de crescimento baseado na exportação de monoculturas, com destaque para a castanha de caju, e para a exploração dos recursos florestais e pesqueiros. A castanha de caju representa quase 90% das exportações do país. Ela é a principal fonte de emprego de 80% dos camponeses. Porém, a riqueza gerada por este produto fica concentrada – em até 60% – nas mãos dos grandes comerciantes do caju: os exportadores nacionais e os importadores estrangeiros, especialmente os últimos.[77] Devido à sua dependência desproporcionada das exportações de castanha de caju, cultivadas numa agricultura dependente da chuva, a Guiné-Bissau continua a ser extremamente vulnerável aos choques climáticos, às pragas agrícolas e às variações internacionais dos preços de seus produtos de base.

A pesca comercial e a exploração da madeira, muitas vezes efectuadas de forma ilegal, reforçaram a dependência do país da exploração dos seus recursos naturais. A pesca de arrasto ilegal, ao largo da costa da Guiné-Bissau, contribuiu para o esgotamento da sua pesca marítima. Embarcações comerciais de vários países, nomeadamente da China e da Rússia, assim como navios mais pequenos, do Senegal e da Guiné, têm estado envolvidos nestas práticas. Em 2017, 63% da riqueza gerada pela pesca industrial, no valor de 260,7 milhões de dólares, foi extraída de forma ilícita.[78] Estas práticas predatórias correspondem ao corte massivo e ilegal de árvores de pau-rosa em 2012-2013.[79] A dependência histórica da Guiné-Bissau de um número reduzido de exportações em bruto, sem valor económico acrescentado, prejudicou a criação de uma prosperidade partilhada. O modelo de desenvolvimento extrativo do país, a instabilidade política e a captura do Estado pelas elites restringiram o crescimento económico do país.

4. A sociedade civil fragilizada. Apesar do crescimento da sociedade civil a partir da década de 1990, melhor capacitação dos seus quadros, acesso a meios de comunicação, criação de redes, e maior influência na opinião pública, este espaço social continua a exibir muitas limitações. As ONGs, em particular, são altamente dependentes do financiamento externo e, portanto, suscetíveis às agendas pautadas pela cooperação internacional.[80] Os legados autoritários, o Estado patrimonial, a instabilidade crónica e o clientelismo têm prejudicado o desenvolvimento da sociedade civil e a formação de valores cívicos. Esta situação tem estimulado o engajamento comunitário e desencorajado a promoção de associações nacionais. Ela também inibe ações mais reivindicativas, capazes de pressionar ou desafiar as autoridades. Estas adversidades têm nutrido um etos informal e oportunista. De várias maneiras, a sociedade civil guineense reflete as formas de conduta encontradas no Estado – particularmente nos seus indícios de improvisação, personalismo, fragmentação, nepotismo, corrupção, e nas suas dificuldades em construir uma agenda pública influente.[81]

---

[76] Sobre a acumulação da riqueza por elites extrativas, ver Acemoglou e Robinson (2012).

[77] Estima-se que até 42% da riqueza gerada pelo caju fica nas mãos dos importadores, na sua maioria indianos. Em contraste, os agricultores recebem perto de 25% da riqueza produzida. Cifras calculadas a partir de Barry, Creppy e Wodon (2007: 80).

[78] Intchama, Belhabib e Jumpe (2018: 9).

[79] Environmental Investigation Agency (2018). Segundo o UNDP (2021), entre 1990 e 2016, a Guiné-Bissau teve um desflorestamento de 11,5%.

[80] Barros (2012, 2016, 2019), Teixeira (2015).

[81] Sobre os vícios da sociedade civil guineense, ver também Cardoso (2008).

5. O Estado e o regime deslegitimados. A política do homem forte fragiliza as instituições, pois as lealdades neste sistema são pessoais. Elas giram em torno de quem está no poder e quem está afastado dele. O resultado desta dinâmica é um clima de constante disputa e incerteza. O descontentamento popular gerado por esta situação é extraordinário: 88% dos guineenses pensam que os políticos só cuidam dos seus interesses pessoais; 64% se sentem abandonados pelo Estado; e 81% acreditam que o seu país é injusto.[82] A corrupção, o abuso de poder e a impunidade das elites, o seu distanciamento do povo, o favoritismo político, e o desrespeito pelas normas democráticas, produzem intensa indignação. Isto foi captado de maneira aguda na pesquisa de grupos focais:

> A situação da Guiné é vergonhosa. Dizem que na Guiné o povo tem o seu direito e quem manda é o povo, mas a verdade é que o direito do povo nunca é respeitado. Os políticos negociaram em Abuja [capital da Nigéria] a formação do governo, e vimos o que aconteceu durante a eleição [legislativa de 2019]. Qualquer partido quando deposita a sua candidatura para as eleições legislativas, já indica um nome para futuro primeiro-ministro. Mas a eleição foi realizada, um partido foi vencedor. Indicou uma pessoa para ser o primeiro-ministro, mas recusaram nomeá-lo, e deu no que deu. Estamos todos a sofrer com esta situação. E é por isso que pergunto, qual é o direito do povo? Porque o povo vota e escolhe quem ele quer, mas a sua vontade não é respeitada. Será que devemos continuar a realizar eleições? [...] O povo já não se importa com os políticos, porque a população da Guiné-Bissau não depende do governo. O que o governo faz para a população? Não temos boas estradas, nem hospitais, nem escolas. O povo cansou-se. Mas não estamos conformados, só decidimos desprezá-los.[83]

6. A soberania nacional retalhada. A instabilidade política converteu a Guiné-Bissau num palco frequente de intervenções externas. A presença de tropas estrangeiras foi recorrente após a guerra civil de 1998-1999, até 2020. Neste período houve muitas mediações da comunidade internacional para apaziguar os embates políticos. A modo de ilustração, o impasse produzido com a demissão do primeiro-ministro Simões Pereira, em 2015, provocou inúmeras declarações e ações por parte dos atores externos. Em 2016, a CEDEAO enviou a Bissau duas vezes o ex-presidente da Nigéria e em outras ocasiões três presidentes da subregião – da Guiné, Serra Leoa e Libéria. Estas visitas permitiram estabelecer o Acordo de Conacri em outubro de 2016, entre o presidente Vaz e a oposição, mediado pela CEDEAO, com apoio da ONU, a União Europeia, a CPLP e a União Africana. Por sua vez, a ONU, CPLP, União Africana e uma comissão interparlamentar regional enviaram, no mesmo ano, cinco missões de alto nível a Bissau.[84] A princípios de 2018, a CEDEAO impôs sanções a 19 personalidades políticas guineenses, incluindo o filho do presidente Vaz, por incumprimento do Acordo de Conacri.

A internacionalização da política guineense destaca a extrema vulnerabilidade do país aos interesses geopolíticos. No índice de intervenção externa do Fundo da Paz, a Guiné-Bissau ocupa o ranking 21 entre os países mais afetados. A década com o *score* mais desfavorável foi justamente entre 2009 e 2018.[85]

---

82 Resultados do inquérito Vozes do Povo, ver o capítulo 1 de Carter, neste livro.

83 Homem de 46 anos entrevistado em Canchungo, Carter (2020).

84 Além disso, o grupo P5, formado pelos representantes da ONU, União Europeia, CEDEAO, CPLP e União Africana, tiveram uma atuação intensa em Bissau, emitindo declarações conjuntas e realizando diversos encontros com o presidente Vaz e outras autoridades para solucionar o impasse político.

85 *The Fund for Peace* (2021), o ranking inclui 178 países e territórios, no período 2007 - 2021.

7. A perceção de fracasso. As consequências nocivas da política do homem forte forjaram um clima de grande frustração com o destino do país. As designações da Guiné-Bissau como "Estado falido", "narco-Estado", "fiasco" ou "país disfuncional", muitas vezes do exterior, têm acentuado a sensação de derrota. Albert O. Hirschman denomina este estado de ânimo o "complexo de *fracassomania*": uma visão autodepreciativa e sombria que insiste na história repetida de fracasso.[86] Disposições deste tipo geram baixa autoestima, ceticismo e desânimo. Isto complica o esforço por promover mudanças. Nas entrevistas grupais, vários cidadãos deram conta desta sensação de abatimento:

> Em todos os lugares que escutar, os guineenses estão a dizer que não há nada a fazer. É porque estão cansados [...] Conquistámos a independência, mas ainda não somos livres. O Senegal pediu tratores ao rei do Marrocos, e nós pedimos carros para deputados. Isso demonstra que não pensam no povo. Os nossos governantes só pensam na sua barriga. Só pensam neles e nos filhos.[87]

> Se os nossos políticos não conseguem entender-se, vamos fazer voltar ao poder tradicional. Não havia tudo isso na época dos nossos avôs [...] Se não temos condições de cuidar de nós mesmos, vamos fazer voltar os portugueses. Será melhor entregar o país aos brancos, para gerirem.[88]

> Não existe a lei neste país [...] Quarenta e tal anos desde a independência e ainda não desenvolvemos o país. É muito triste. Sentimos vergonha da Guiné-Bissau.[89]

Conclusão

A política do homem forte é uma construção social. Ela tem raízes históricas e um contexto que a torna possível. Mas ela não é inevitável ou imutável. O bom diagnóstico ajuda a vislumbrar portas de saída e a traçar os passos necessários para chegar lá. Vista a prevalência desta instituição informal e as forças que a sustentam, o processo de mudança levará tempo, requererá atenção em múltiplas frentes e perseverança no empenho. Como primeiro passo, cabe atenuar as práticas mais nocivas do homem forte.

Sendo assim, uma agenda propositiva em favor da estabilidade democrática deverá incluir ações destinadas a:

- Investir na formação democrática de uma nova geração de lideranças políticas e cívicas
- Empoderar a participação e atuação política das mulheres
- Promover a educação cívica do povo.
- Revisar a arquitetura institucional do sistema político, no sentido de:
  - Evitar as fórmulas que favoreçam a prática de 'o vencedor leva tudo' *(winner-takes-all)*
  - Limitar os poderes presidenciais
  - Fortalecer a Assembleia Nacional e a sua relação com o primeiro-ministro
  - Auspiciar a efetiva descentralização da República.

---

86 Hirschman (1981: 155-156).

87 Homem de 73 anos entrevistado na tabanca de Candjadja, sector de Mansabá, Oio, Carter (2020).

88 Homem de 32 anos entrevistado na tabanca de Candjadja, sector de Mansabá, Oio, Carter (2020). A ideia de "entregar o país aos brancos" se reflete numa corrente de opinião em Bissau que propõe deixar a gestão do Estado nas mãos da ONU, como explica Semedo (2020).

89 Homem de 56 anos entrevistado na tabanca de Candjadja, sector de Mansabá, Oio, Carter (2020).

- Propiciar mudanças institucionais a partir de uma melhor compreensão da realidade guineense, de modo a assegurar que as reformas reflitam práticas e valores locais conducentes à democracia, e assim evitar o simples *copy-paste* de preceitos forâneos.
- Procurar uma fórmula adaptada à aprendizagem local para afiançar a autonomia e integridade do sistema judicial.
- Dar continuidade aos avanços no âmbito eleitoral, e aperfeiçoar a transparência e integridade do processo, sobretudo do financiamento político.
- Reforçar a vocação democrática e a capacidade de deliberação pública dos partidos políticos.
- Facilitar o engajamento de atores da sociedade civil e do sector privado na promoção dos seus interesses e influência na agenda pública.
- Coibir os elementos ilícitos da economia política.

Nenhuma mudança será fácil. Mas a Guiné-Bissau é um país jovem, com possibilidades abertas. Entretanto, no seio do seu povo brotará a resiliência que a caracteriza. Nas expressões de um camponês de Oio, de 67 anos, um homem-grande da etnia balanta:

> Nós podemos dizer que não há solução. Não podemos deixar de elegê-los. Eles [os políticos] é que não entendem. O nosso dedo é que lhes dá o trabalho. Votamos porque talvez um dia vamos escolher a pessoa certa para desenvolver o país. É por isso que sempre votamos. A toda a hora estamos a votar. Já vi várias eleições, mas ainda não vi nada de bom. Voto por votar. Quem toma o poder à força não governa bem, mas aquele que recebe o voto do povo, aquele que saiu das urnas consegue governar. Nós temos consciência de que mesmo se votarmos, vamos para o mesmo caminho. Mas um dia vamos fazer a escolha certa. Deus vai ajudar-nos a fazer boa escolha! Dizem que a esperança é a última a morrer. Então não vamos perder a esperança. Eu posso vir a morrer, mas esses aqui vão ficar, e um dia vão votar e escolher a pessoa certa. Vamos pedir a Deus.[90]

Referências

Acemoglu, Daron e James A. Robinson (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. New York: Crown Business.

Azevedo, Elisabete (2009). "O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou culpado da instabilidade política?" *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*, organizado por Marina Costa Lobo e Octávio Amorim Neto. Lisboa: ICS, pp. 139-170.

Augel, Johannes e Carlos Cardoso (1996). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

[90] Homem de 67 anos entrevistado na tabanca de Glak Iala, sector de Mansoa, Oio, Carter (2020).

Barros, Miguel de (2019). “Da solidariedade à estruturação de mercados geoestratégicos e propagação do neoliberalismo em África – A cooperação para o desenvolvimento nos PALOP,” *Mundo Crítico, Revista de Desenvolvimento e Cooperação*, 3 (janeiro).

Barros, Miguel de (2016). *A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas*. Lisboa: Europress.

Barros, Miguel de (2012). “A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau,” *Africana Studia*, 18: 37-48.

Barry, Boubacar-Sid, Edward Creppy, e Quentin Wodon (2007). “Cashew Production, Taxation and Poverty in Guinea-Bissau,” *Conflict, Livelihoods, and Poverty in Guinea Bissau*, organizado por Boubacar-Sid Barry, Edward Creppy, Estanislao Mário-Gacitúa e Quentin Wodon, World Bank Working Paper 88. Washington, DC: World Bank.

Bijagó, Vagner Gomes (2017). “O processo da democratização na África: A difícil transição na Guiné-Bissau,” *Revista Caderno de Campo*, 23 (julho-dezembro), pp. 217-243.

Bijagó, Vagner Gomes (2011). “Os golpes de Estado na Guiné-Bissau: O cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional.” Tese de mestrado, Universidade Federal de Alagoas.

Bordonaro, Lorenzo Ibrahim (2009). “Guinea Bissau Today: The Irrelevance of the State and the Permanence of Change,” African Studies Review, 52 (1) (September): 35-45.

Bratton, Michael e Nicholas van de Walle (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cardoso, Carlos (2008). *Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: O caso da Guiné-Bissau*. Dakar: CODESRIA.

Cardoso, Carlos (2002). “A formação da elite política na Guiné-Bissau,” Occasional Paper Series No. 5, Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE, Lisboa.

Carter, Miguel (2021). *Stroessner Vive: Legados Autoritarios y Democracia en el Paraguay, 1989-2008*. Asunción: Servilibro/DEMOS (livro em preparação).

Carter, Miguel (2020). *Vozes do Povo: Relatório de entrevistas de grupos focais*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2010). “Democracia, Sociedad Civil y Participación Popular en América Latina,” *Miríada*, 3: 6, pp. 7-45.

Carvalho, Celissa dos Santos Pires de (2014). “Guiné-Bissau: A instabilidade como regra.” Tese de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.

Carvalho, Ricardo Ossagô de (2016). "Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais, CPLP e CEDEAO, 1973 – 2014." Tese de doutoramento, Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Ceesay, Hassoum (2016). "Guinea-Bissau: The 'Narco-State' and the Impact on Institutions in Guinea-Bissau and Countries in the Sub-Region," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst & Co.

Chabal, Patrick (2003). *Amilcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*. London: Hurst & Co.

Chabal, Patrick e Jean-Pascal Daloz (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford, UK / Bloomington, Indiana: James Currey e Indiana University Press.

Chabal, Patrick e Toby Green, organizadores (2016). *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*. London: Hurst & Co.

Dahl, Robert A. (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.

Dahl, Robert A. (1971). *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.

Dhada, Mustafah (1993). *Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free*. Niwot: University Press of Colorado.

Djau, Malam (2016). " Trinta anos de golpe de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar." Tese de mestrado, Universidade Federal do Paraná.

Dulani, Boniface e John Tengatenga (2019). "Big Man Rule in Africa: Are Africans Getting the Leadership They Want?" *The African Review*, 46, pp. 275-291.

Elias, Norbert (1982). *Power and Civility*. New York: Panthenon.

Elgie, Robert (2005). "A Fresh Look at Semi-Presidentialism: Variations on a Theme," *Journal of Democracy*, 16: 3, pp. 98-112.

Embaló, Birgit (2012). "Civil–military Relations and Political Order in Guinea-Bissau," *Journal of Modern African Studies*, 50: 2, pp. 253-81.

Environmental Investigation Agency, EIA (2018). *Guinea-Bissau: Authorized Plunder. The Rosewood Stockpile Sale*. Washington, DC: EIA.

Fernandes, Raul Mendes (1994). "Processo democrático na Guiné-Bissau," *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, 17 (janeiro), pp. 31-43.

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Athens, Ohio / Oxford, UK: Ohio University Press e James Currey.

Forrest, Joshua B. (1992). *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*. Boulder: Westview Press.

Gyimah-Boadi, E., Carolyn Logan e Josephine Sanny (2021). "African's Durable Demand for Democracy," *Journal of Democracy*, 32: 3 (julho), pp. 136-151.

Helmke, Gretchen e Steven Levitsky, organizadores (2006). *Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Herbst, Jeffrey (2000). *States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control*. Princeton, Princeton University Press.

Hirschman, Albert O. (1981). *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*. New York: Cambridge University Press.

Hyden, Goran (2013). *African Politics in Comparative Perspective*, 2a edição. New York: Cambridge University Press.

Intchama, Jeremias Francisco, Dyhia Belhabib, e Raul Joaquim Tomás Jumpe (2018). "Assessing Guinea Bissau's Legal and Illegal Unreported and Unregulated Fisheries and the Surveillance Efforts to Tackle Them," *Frontiers in Marine Science*, 5: 79 (avril): 1-11.

International Crisis Group (2014). "Guinée-Bissau: Les elections, et après?" *Briefing Afrique*, 98 (8 abril).

International Crisis Group (2012). *Beyond Turf Wars: Managing the Post-Coup Transition in Guinea-Bissau*. Africa Report, 90. (August). Dakar: ICG.

Jackson, Robert and Carl Roberg (1982). *Personal Rule in Black Africa: Prince, Autocrat, Prophet, Tyrant*. Berkeley: University of California Press.

Jarju, Abdou (2019). "A instabilidade crónica da Guiné-Bissau: Do golpe de Estado de 1980 – 2018." Tese de mestrado, Universidade Católica Portuguesa.

International IDEA (2021). "Global State of Democracy Indexes."
Fonte: https://www.idea.int/data-tools/tools/global-state-democracy-indices

Kohl, Christoph (2016). "Ethnicity and the Political System Post-1998," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst & Co.

Koudawo, Fafali (2001). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP.

Koudawo, Fafali e Peter Karibe Mendy, coordenadores (1996). *Pluralismo político na Guiné-Bissau: Uma transição em curso*. Bissau: INEP.

Kosta, Aníran Ykey Pereira Kafft (2016). "A problemática do sistema de governo na Guiné-Bissau." Tese de mestrado em direito, Universidade de Coimbra.

Linz, Juan J. (2000). *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder: Lynne Rienner.

Linz, Juan J. (1994). "Presidential and Parliamentary Democracy: Does it Make a Difference?", *The Failure of Presidential Democracy: Comparative Perspectives*, volume 1, organizado por Juan J. Linz e Arturo Valenzuela. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Linz, Juan J. e Alfred C. Stepan (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Lobo, Marina Costa e Octávio Amorim Neto, organizadores (2009). *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

Loewenstein, Antony (2019). *Pills, Power and Smoke: Inside the Bloody War on Drugs*. Brunswick: Scribe.

Mendy, Peter Karibe (2019). *Amílcar Cabral: Nationalist and Pan-Africanist Revolutionary*. Athens: Ohio University Press.

Mendy, Peter Karibe e Richard A. Lobban Jr. (2013). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4a edição. Laham / Toronto / Plymouth, UK: The Scarecrow Press.

Monteiro, António Isaac, coordenador (1996). *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos socio-económicos*. Bissau: INEP.

Monteiro, Emmanuel Pinto (2020). "A participação eleitoral como forma de consolidação da democracia na Guiné-Bissau." Tese de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Moreira, Joacine Katar (2017). "A Cultura de Matchundadi na Guiné-Bissau: Género, violências e instabilidade política." Tese de doutoramento, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Nóbrega, Álvaro (2015). *Guiné-Bissau: Um caso de democratização difícil*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas / Universidade de Lisboa.

Nóbrega, Álvaro (2003). *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Pereira, Micael (2022). "The Bissau Corridor," *Expresso / Pulitzer Center*, 14 abril.

Pinto, Bruno César (2019). "Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau, 1994 – 2012: Os desafios da consolidação democrática." Tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

Rudebeck, Lars (2011). "Electoral Democratisation in Post-Civil War Guinea-Bissau, 1999 – 2008," *Discussion Paper*, 66. Uppsala: The Nordic Africa Institute.

Rudebeck, Lars (2001). *Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau, 1998 – 2000: Um estudo de democratização difícil*. Uppsala: The Nordic Africa Institute.

Rustow, Dankwart A. (1999). "Transitions to Democracy: Towards a Dynamic Model," *Transitions to Democracy*, organizado por Lisa Anderson. New York: Columbia University Press.

Sangreman, Carlos, organizador (2019). *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*. Lisboa: CESA.

Sangreman, Carlos (2019). "A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016," *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*, organizado por Carlos Sangreman. Lisboa: CESA.

Sangreman, Carlos, Luis Vaz Martins e Fátima Proença (2019). "Guiné-Bissau: A evolução da situação política de 2010 a 2018," *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*, organizado por Carlos Sangreman. Lisboa: CESA.

Sartori, Giovanni (1987). *The Theory of Democracy Revisited*. Chatham: Chatham House Publishers.

Semedo, Rui Jorge (2021). *PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau, 1974 – 1990*. Lisboa: Nimba Edições.

Semedo, Rui Jorge (2020). "Ativismo político-social e crise institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo," *Cadernos de Estudos Africanos*, 40, pp. 13-36.

Shaw, Mark (2015). "Drug-trafficking in Guinea-Bissau, 1998-2014: The Evolution of an Elite Protection Network," *Journal of Modern African Studies*, 53: 3, pp. 339-364.

Storeloff, Maria Matilde Patrício (2013). "Social Boundaries, Political Elites Bargains and (Dis) Order in Guinea-Bissau." Tese de doutoramento em desenvolvimento, SOAS, University of London.

Texeira, Ricardino Jacinto Dumas (2015). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: As relações entre a sociedade civil e o Estado*. Recife: Editora UFPE.

The Fund for Peace (2021). "Fragile State Index." Fonte: https://fragilestatesindex.org

UNDP (2020). *Human Development Report 2020. The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene*. New York: UNDP.

UNDP (2021). “Human Development Reports: Data Center.”
Fonte: http://hdr.undp.org/en/content/download-data

Varieties of Democracy (2021a). “V-DEM: Global Standards, Local Knowledge”.
Fonte: https://www.v-dem.net/en/

Varieties of Democracy (2021b). *V-Dem Codebook, v11.1*. Gothenburg: V-Dem Institute.

World Bank (2021a). “World Bank Open Data.”
Fonte: https://data.worldbank.org/

World Bank (2021b). “Worldwide Governance Indicators.”
Fonte: http://info.worldbank.org/governance/wgi/